

**III Plano de
Desenvolvimento Social
de Cascais**

2012-2015

Planos de ação anuais em:

www.redesocialcascais.net



4	NOTA DE ABERTURA
5	RESUMO
7	INTRODUÇÃO
8	I - METODOLOGIA
	II - DIAGNÓSTICO PRELIMINAR
13	Análise SWOT
17	Perceção sobre os problemas sociais
22	Alguns dados estatísticos
37	Problemas e prioridades das principais áreas sociais
	Pobreza
	Deficiência
	Envelhecimento e velhice
	Crianças e Jovens
	Inserção profissional
	Promoção da saúde
43	Tendências e desafios
	III - REFERENCIAL ESTRATÉGICO
47	Quadro de referência
48	Quadro conceptual para o planeamento
53	Uma visão de Cascais
55	Missão, Objetivos e Linhas de Atuação
60	Principais ações
	IV - INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS
69	Rede de equipamentos e respostas sociais
74	Planos concelhios
78	Redes e parcerias locais
82	Correlação das Redes e Planos com os objetivos
84	V - PRÓXIMOS PASSOS
	ANEXOS
86	Lista de problemas com uma relevância média
87	Linhas estratégicas do PDM de Cascais (em revisão)
89	Instrumentos diagnósticos – estudos e relatórios existentes



CÂMARA MUNICIPAL
REUNIAO
12 JAN. 2015
CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIAO
26 JAN. 2015
CASCAIS

NOTA DE ABERTURA



A Rede Social deve ser entendida como uma medida de política social ativa, que impulsiona o trabalho de parceria alargada para o desenvolvimento social de Cascais. Desempenha um papel relevante na promoção da coesão social e bem-estar das populações, na medida em que contribui para uma consciência coletiva dos problemas sociais, para a otimização dos recursos de intervenção ao nível do concelho e das freguesias e para a ativação de respostas necessárias.

No entanto, a intervenção social está intrinsecamente ligada a outras dimensões da governação, tais como o ordenamento do território e urbanismo, a economia e o mercado de trabalho, o ambiente e a saúde, a educação e a formação ao longo da vida, a cultura e o lazer, a mobilidade e os transportes. Nesta visão integrada do desenvolvimento local, a concertação entre todas as partes interessadas e a articulação dos diversos instrumentos de planeamento local são elementos imprescindíveis para uma boa governação.

O Plano de Desenvolvimento Social, enquanto instrumento de planeamento da intervenção social concelhia, é um elemento fundamental na implementação da Estratégia de Sustentabilidade de Cascais. Esta estratégia orienta toda uma nova geração de instrumentos de planeamento local, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM) atualmente em revisão, o qual considera a coesão e inclusão social como uma das principais linhas de força para o desenvolvimento futuro do concelho de Cascais.



Carlos Carreiras
Presidente do CLAS

RESUMO

O PDS é constituído por um conjunto de “peças” que articuladamente têm como função apoiar reflexões e decisões do CLAS, assim como facilitar a articulação com outras políticas locais.

Constata-se atualmente uma escassez de informação diagnóstica, útil para a intervenção social, o que dificulta o planeamento estratégico do desenvolvimento social. Após a divulgação dos dados do censo de 2011, será realizado, em 2013, um Diagnóstico Social concelhio aprofundado a partir do qual se poderá repensar sobre as prioridades e estratégias da intervenção, o que implicará uma atualização do PDS. Como se pretende que este processo seja amplamente participado, e consequentemente prolongado no tempo, optou-se um PDS elaborado sem a definição de metas a atingir no seu limite temporal, mas que se pretende que seja um instrumento enquadrador e um referencial para a intervenção social presente.

O documento inicia-se com uma introdução do Núcleo Executivo sobre a situação presente seguida da apresentação das metodologias participativas utilizadas para a sua elaboração.

No capítulo seguinte, apresentam-se alguns dados estatísticos que permitem uma caracterização genérica da realidade social concelhia, completados com a perceção que técnicos/as, municipais e eleitos/as têm sobre os problemas sociais. Sistematiza-se a situação diagnóstica com a síntese dos problemas relativos às principais áreas sociais: Pobreza, Deficiência, Envelhecimento e velhice, Crianças e jovens, Inserção profissional, Promoção da saúde. Apresentam-se ainda as seguintes prioridades para a intervenção:

- Resposta às necessidades básicas das famílias em situação de pobreza
- Apoio familiar e aconselhamento parental
- Mais e melhores serviços de atendimento e acompanhamento social
- Participação comunitária/ cívica
- Reforço de competências pessoais e sociais, com vista à autonomia
- Melhoria das acessibilidades no espaço público e nos edifícios
- Criação de lar residencial com unidade de dia para deficientes profundos
- Postos de Emprego protegido, libertando vagas de CAO
- Criação de lares de idosos
- Alargamento da rede de apoio domiciliário para pessoas em situação de dependência
- Implementação de programas de promoção de um envelhecimento ativo
- Maior cobertura de creches
- Mais apoio a alunos com NEE e problemas comportamentais/ disciplinares/emocionais
- Atividades de desenvolvimento de competências e ocupação de jovens
- Criação de oportunidades de formação profissional adequadas
- Programas de incremento do empreendedorismo social para criação de postos de trabalho
- Alargamento do nº de vagas em empresas de inserção
- Respostas no âmbito da saúde mental (apoios psicológicos e terapêuticos)
- Prevenção de consumos de substâncias psicoativas, de doenças infecto-contagiosas e da obesidade



Da análise da situação atual, destacam-se algumas tendências e desafios com que a Rede Social deverá lidar, nomeadamente: o envelhecimento da população, o desemprego, a exigência de qualificações e competências, as dificuldades financeiras do estado, as desigualdades territoriais, as respostas da sociedade civil, os novos grupos-alvo, as redes de vizinha e sobretudo a necessidade de inovação social.

No 3º capítulo, após um enquadramento nas políticas nacionais, regionais e locais de referência, apresenta-se uma visão para Cascais na sua dimensão social, a missão da Rede Social neste contexto e um conjunto de 30 objetivos, substanciados em 42 linhas de atuação e as principais ações que as operacionalizam.

Os objetivos estão definidos com base em 8 áreas de vida relevantes para a intervenção social:

- Emprego/ Ocupação, Rendimento e acesso a bens e serviços, Habitação e Habitat, Saúde, Consumo, Educação, Informação, Cultura e lazer

Respondem também a 4 dimensões de bem-estar das pessoas:

- Igualdade de direitos e não discriminação, Dignidade e reconhecimento, Autonomia e desenvolvimento pessoal, Participação e envolvimento da sociedade civil

No 4º capítulo apresentam-se os principais instrumentos estratégicos para a ação da Rede Social, relacionando-os com os objetivos enunciados. Os instrumentos são:

- A rede de equipamentos e respostas sociais, com indicação das necessidades por satisfazer, com base nas projeções da Carta social (atualizada)
- As redes e parcerias locais, nomeadamente:
 - 4 Plataformas/redes de qualificação de respostas sociais
 - 7 Plataformas/redes para a intervenção direta junto de pessoas/famílias
 - 6 Plataformas/redes temáticas
 - 4 Plataformas/redes para a prestação de apoios específicos
 - 6 Comissões Sociais de Freguesia
- Os planos concelhios:
 - . Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem Abrigo
 - . Plano Municipal Contra a Violência Doméstica
 - . Estratégia de Promoção da Saúde (em preparação)
 - . Estratégia Municipal para a Igualdade de Género (em preparação)
 - . Plano Local de Habitação (em preparação)
 - . Plano Gerontológico (em preparação)

No último capítulo, são apresentados os próximos passos que a Rede Social de Cascais deverá dar: aprofundar o diagnóstico social, repensar prioridades em função deste, congregar ações e projetos em planos e programas integrados, acertar os calendários de planeamento e reforçar as Comissões Sociais de Freguesia.



INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social é o instrumento de definição conjunta e negociada dos objetivos prioritários para o desenvolvimento social local nos próximos anos, enquadrador da ação dos agentes sociais locais.

Tem como finalidade orientar as respostas às necessidades individuais e coletivas da população e das próprias organizações envolvidas, dando visibilidade às boas práticas existentes e promovendo inovação face aos desafios crescentes com que a sociedade se confronta.

A evolução da Rede Social de Cascais, criada no ano 2001, denota uma intervenção e um planeamento local cada vez mais articulado e participado, assente em parcerias sectoriais ou territorializadas, que congregam os esforços na promoção do desenvolvimento social e no combate à pobreza e à exclusão social.

A principal ação da Rede Social local e o seu contributo para a coesão social, tem-se centrado na oferta de serviços sociais às famílias e na mitigação de danos e supressão das necessidades básicas dos/as que por si só não conseguem aceder aos direitos sociais e a uma vida digna. Investe ainda na capacitação de grupos (ou pessoas) mais vulneráveis, com vista à sua autonomia e resiliência.

Como impulsionadora do desenvolvimento social local, a sua ação deverá passar por um forte investimento na prevenção da exclusão, através do empowerment das comunidades para a resolução dos seus problemas e criação de recursos próprios.

Contudo, os recursos dos agentes sociais locais são escassos e bastante dependentes das políticas públicas. Por privilegiarem os grupos sociais mais desfavorecidos, onde os fenómenos de exclusão são mais graves, estes agentes são fortemente dependentes de recursos geridos pela administração central e local, não podendo prever qual a disponibilidade de financiamento a médio prazo para as diferentes atuações necessárias.

No atual contexto, o processo de planeamento prospetivo e a médio prazo confronta-se com algumas incertezas que influenciarão o cenário futuro e dificultam as opções estratégicas da Rede Social, nomeadamente:

- Até que ponto continuará a crescer o número de famílias com necessidade de recorrer a apoios sociais e qual a dimensão das suas necessidades?
- Como irá o sistema nacional de proteção social responder às novas necessidades, e qual a capacidade do estado para investir em equipamentos, apoiar o funcionamento das respostas sociais e celebrar acordos de cooperação?
- Qual a capacidade da autarquia para financiar a intervenção social nos próximos anos e que competências poderão ser transferidas da administração central e quando?
- Qual será a dinâmica do desenvolvimento concelhio e em que áreas de competência importa investir, para capacitar a população e as organizações para melhor responder aos novos desafios?

Face a estas incógnitas, o PDS deve ser entendido como um documento dinâmico, que deve ser continuamente repensado e atualizado em função da evolução da realidade.

O Núcleo Executivo do CLAS

I - METODOLOGIA

O primeiro PDS de Cascais (em 2004) resultou de um longo processo de conhecimento mútuo dos agentes sociais, através de *workshops* e grupos de trabalho, ao longo do qual foi sendo interiorizado o conceito de Rede Social e priorizados os objetivos gerais de intervenção.

Na elaboração do segundo PDS (2008-2011), para além da consensualização dos objetivos gerais da Rede Social, houve ainda a preocupação de construir um instrumento com metas operacionais claras a atingir nesse período, permitindo o seu desdobramento em planos de ação anuais.

Quando se iniciou a elaboração do presente PDS pretendia-se avançar mais um passo na qualificação deste instrumento, sobretudo no que respeita ao envolvimento da população no processo e na construção de uma visão mais integrada do conjunto de dimensões do desenvolvimento social. Pretendia-se ainda reforçar a necessidade de intervir numa perspetiva preventiva e de empowerment e autonomia das comunidades.



Contudo, o período conturbado que se atravessa, em que as necessidades imediatas das pessoas mais vulneráveis esgotam os recursos existentes nas organizações, e dada a incerteza quanto aos recursos disponíveis no futuro próximo, não foi possível implementar as ações de mobilização necessárias para dinamizar um processo de planeamento com maior envolvimento de todas as partes interessadas.

Na atual conjuntura, foi ainda difícil para técnicos/as e organizações, posicionarem-se em torno de medidas que rompessem com as práticas atuais e/ou cujos eventuais resultados só pudessem ser atingidos a longo prazo.

Por outro lado, a inexistência de um diagnóstico social mais aprofundado (o qual se espera realizar em 2013), dificultou igualmente a definição e priorização de medidas inovadoras necessárias, assim como o estabelecimento de metas concretas para os objetivos definidos.

Dada esta limitação, o presente PDS foi construído essencialmente a partir do conhecimento empírico das necessidades, recolhido em diversas fases. Foi valorizada a perceção de técnicos/as locais sobre a realidade social e os recursos do concelho, acrescida de uma auscultação sobre a perceção que a população e eleitos/as nos executivos e assembleias de freguesia e municipal têm dos problemas sociais no concelho, tendo sido elaborado um inquérito para este efeito.



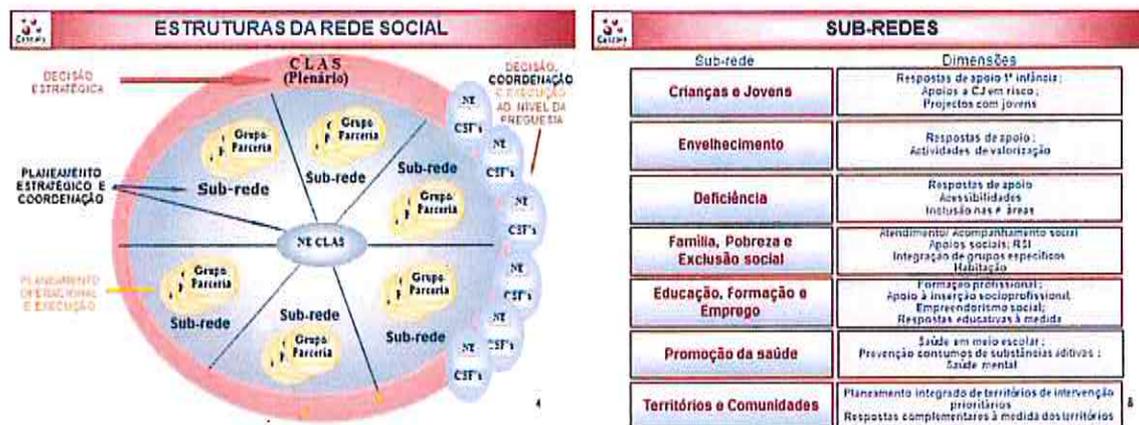
PARTICIPE
no Diagnóstico Social

Por si só, a concertação ao nível técnico é ainda um processo difícil e moroso dado o elevado número de entidades e pessoas envolvidas e as dificuldades técnicas no desenvolvimento de processos de planeamento conjunto. Assim, em termos metodológicos, ao longo de um período de mais de 1 ano o CLAS passou por várias fases de organização para a elaboração do PDS.



Numa 1ª fase, tentou-se a criação de sub-redes temáticas que incluíam os grupos e parcerias já existentes, assim como outros agentes que intervêm em cada uma das áreas. Para cada sub-rede foi nomeado um grupo dinamizador constituído por entidades do CLAS que se disponibilizaram para o efeito.

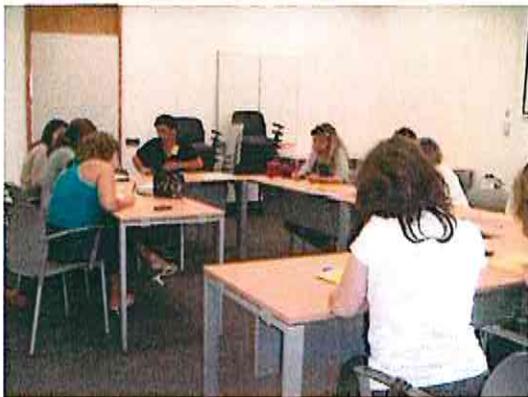
Previa-se o seu enquadramento e competências conforme figuras abaixo.



Segundo as 44 entidades participantes na reunião plenária em que este modelo foi validado, predominou a opinião de que era importante e urgente que fosse criada uma estrutura operativa do CLAS que enquadrasse e orientasse a intervenção local (93% dos/as participantes), sendo adequadas as responsabilidades propostas para as sub-redes (98%) e para os grupos (96%). Um número razoável de participantes considerou ainda que essas responsabilidades eram difíceis de assumir (responsabilidades das sub-redes: 48%; responsabilidades dos grupos:40%).



Apesar disso, as pessoas envolvidas tiveram dificuldade em compreender e/ou em responder ao que se esperava delas. Algumas sub-redes não conseguiram iniciar o trabalho conjunto e outras sentiam a necessidade de envolver quase todos os membros do CLAS, o que seria uma sobreposição de processos, inoportável para as organizações.



Foi então decidido criar grupos de apoio ao Núcleo Executivo, para a elaboração da proposta de PDS. Foram grupos mais pequenos, em conformidade com as temáticas definidas para as sub-redes, sendo que a vertente Territórios e Comunidades seria o contributo das CSF. Estiveram envolvidas nestes grupos 18 entidades e 5 unidades orgânicas da CMC.

Aos grupos foi solicitada a indicação do que consideravam ser os indicadores-chave da sua área, a informação diagnóstica que conseguissem recolher junto dos diversos agentes, a indicação dos problemas a que as entidades da área/ território estão a dar resposta e os que estão a descobrir, a indicação dos instrumentos estratégicos utilizados e uma proposta de objetivos e respetivas metas para os próximos 4 anos.

Às Comissões Sociais de Freguesia foi igualmente solicitado o mesmo contributo, numa perspetiva territorial.

Em alguns encontros entre o conjunto dos grupos e o Núcleo Executivo foi sendo articulado e aferido o contributo destes para o PDS, ficando da responsabilidade do Núcleo Executivo integrar os diversos contributos e completar o documento na medida do necessário, elaborando a proposta final. Esta foi enviada aos membros do CLAS para análise e envio de propostas de alteração, sendo posteriormente aprovada em reunião plenária.



Apesar de terem sido construídos instrumentos comuns para a sistematização dos resultados de cada grupo, nem todos os utilizaram. Por outro lado, houve uma grande disparidade de contributos dos grupos. Uns ficaram muito centrados no nível micro dos projetos ou ações em que os/as respetivos/as técnicos/as do grupo estão integrados/as, outros contribuíram com considerações conceptuais sobre a problemática e melhorias necessárias ao nível organizacional. Para uns, os objetivos centraram-se na forma de fazer, para outros, nos impactos da intervenção.

Face aos diversos níveis de informação recolhida, à diversidade de perspetivas e olhares e aos debates que o processo proporcionou, procurou-se um modelo conceptual que permitisse reunir os contributos, dando alguma coerência ao todo e que simultaneamente fosse um primeiro passo para a preparação de um diagnóstico aprofundado que se pretende realizar no próximo ano.



O resultado de todo este processo, traduz-se num PDS que, mais do que um Plano, é um referencial, que acreditamos ser importante como impulsionador das próximas etapas de planeamento da Rede Social de Cascais, assim como para o planeamento da intervenção dos seus membros individualmente.



II-DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

ANÁLISE SWOT



Numa 1ª fase, como resultado de uma reflexão sobre os pontos fortes e fracos da Rede Social e as oportunidades e ameaças da realidade social concelhia, o CLAS através de alguns grupos de técnico/as e do seu Núcleo Executivo, sintetizou a suas conclusões na seguinte análise SWOT:

Pontos fortes



- . Nº elevado de organizações públicas e privadas com uma **oferta diversificada de equipamentos, serviços e iniciativas** ao nível do apoio social, educação, juventude, desporto e cultura, destinada aos diferentes grupos sociais e escalões etários.
 - . Crescente disseminação pelo concelho de equipamentos e serviços, diminuindo as disparidades territoriais neste aspeto.
 - . Forte investimento na criação de respostas sociais e educativas, sendo a rede social solidária caracterizada predominantemente pela quantidade e diversidade de respostas.
- . Alguma consolidação na implementação da Rede Social e uma forte cultura do **trabalho em rede entre os agentes sociais**.
 - . Partilha das boas práticas entre as várias organizações sociais, promovendo a aprendizagem conjunta.
- . Aposta na **qualificação das respostas sociais**.
 - . Grande oferta de formação e valorização ao nível do conhecimento e reforço de competências.
- . Existência de **instrumentos de gestão do desenvolvimento social** (Carta social, PDS, Planos de Acção).
 - . Maior rigor na monitorização e avaliação da intervenção das organizações sociais.
- . Instituições com grande **proximidade aos clientes/população**.
 - . Forte relação de proximidade entre o município e a Autarquia em determinados territórios, permitindo o diagnóstico mais aprofundado dos mesmos e maior adequação da intervenção.
 - . Existência de *sites* locais de informação e comunicação com os municípios no âmbito social (Rede Social, Voluntariado, Emprego, Deficiência).
- . Incentivo ao **empreendedorismo** das instituições e da população
- . **Mobilização da sociedade civil** para dar/criar respostas (voluntariado; associações).
 - . Adesão crescente ao voluntariado e existência de um Banco de Voluntariado.
 - . Maior responsabilidade social das empresas.
- . Agrupamentos escolares com **respostas inovadoras** e preocupação em aumentar o nº de respostas formativas com carácter profissionalizante (novas áreas de formação/parcerias com empresas privadas/etc.)
- Aposta no desenvolvimento de um território mais sustentável, com efeitos positivos na **sensibilidade ambiental** da população.
- . **Novos investimentos no interior** do concelho (equipamentos, comércio, espaços verdes,...).
- . **Intervenção inovadora na Câmara Municipal** (orçamento participativo; promoção do empreendedorismo; envolvimento de todos os colaboradores da autarquia no planeamento do futuro, pelouros horizontais...).
- Investimento na **Requalificação** do património urbanístico e do espaço público com potencial de adjudicação a empresas sociais



Pontos fracos



- . Ausência de **visão estratégica** nas organizações (públicas e privadas).
 - . Desarticulação dos investimentos concelhios.
- . Fracos níveis de **colaboração entre as organizações e universidades** (em especial no âmbito social), não se rentabilizando recursos para aumentar o conhecimento face a determinados fenómenos sociais no concelho.
 - . Ausências de núcleos locais de investigação.
- . Fraco incentivo ao **desenvolvimento empresarial**.
 - . Comércio local não qualificado e adaptado às novas exigências.
 - . Respostas formativas desajustadas ao mercado de trabalho.
- . Forte **dependência face ao Estado** por parte dos indivíduos e organizações sociais.
 - . Rede social ainda muito associada e dependente da CMC.
- . **Modelo de funcionamento** das organizações não incentivador da participação.
- . A situação de crise impulsiona uma **intervenção na pobreza** na ótica da emergência social (reativa e operacional) sem perspetiva preventiva, podendo acentuar a representação da pobreza como algo patológico e promover um discurso culpabilizador da pobreza.
 - . Insuficiência de medidas preventivas e estruturantes, que atenuem/evitem ou preparem a transição para a mobilidade social descendente, face ao contexto de crise
- . Dificuldade em reforçar os **recursos humanos nas organizações sociais** (C.M.C./ISSS/IPSS/etc.), apesar da procura crescente dos seus serviços e da importância da sua missão.
 - . Escasso investimento no acompanhamento das famílias.
- . Insuficiente flexibilidade de **gestão na administração pública**.
 - . Dificuldades na articulação local das políticas sectoriais nacionais.
- . **Cobertura das respostas solidárias** deficitária, em especial de creche, lares idosos, lares residenciais (deficiência), acolhimentos de emergência (sem abrigo, vítimas de violência doméstica), respostas para jovens adolescentes e respostas no âmbito da saúde mental.
- . **Deficit** de resposta ao nível do **parque habitacional municipal**, de custos controlados ou outras alternativas de acesso à habitação



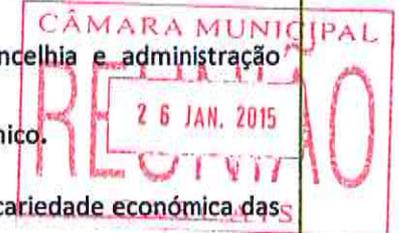
Oportunidades

- . **Localização geográfica** privilegiada, com condições favoráveis (sol, mar, parque natural, proximidade de Lisboa) para o desenvolvimento de uma grande variedade de atividades económicas e socioculturais, podendo ser um território atrativo para o investimento com a consequente criação de postos de trabalho.
- . Boas **acessibilidades** ao litoral do concelho.
- . A **imagem de Cascais** que os residentes possuem é que esta lhes proporciona “qualidade de vida”.
 - . Representação social externa positiva relativamente ao concelho.
- . Existência de um quadro de **instrumentos de gestão** e ordenamento do território (planeamento estratégico) em processo de revisão, que permite introduzir fatores de racionalidade e competitividade nas decisões.
 - . Reestruturação do sector público.
 - . Existência de políticas do poder central que promovem a qualidade das respostas sociais.
- . Os **constrangimentos atuais** como oportunidade para a criatividade, para reinventar a prática, para novas soluções e para mudança de estilos de vida.
- . Existência de fontes de **financiamento externo** a que é possível recorrer
- . **Diversidade socioeconómica da população.**
 - . Existência de um grupo significativo da população com capacidade económica elevada.
 - . Elevada qualificação da população concelhia.
 - . População multicultural, com diversas nacionalidades e expressões identitárias - Imigração crescente com relevância demográfica, económica, social e cultural.
 - . Comunidades de imigrantes com projetos efetivos de mobilidade social e dispostos ao esforço necessário para os levar por diante.
 - . Percentagem de munícipes que vivem e trabalham no concelho (57%).
 - . Taxas de natalidade superiores à media nacional.
 - . Crescimento populacional superior ao nacional.
 - . Envelhecimento da população, com Índice de envelhecimento inferior à média nacional.
- . **Heterogeneidade** de crianças e jovens nas escolas públicas pela incapacidade das famílias suportarem o pagamento de colégios/escolas privadas, facilitadora da equidade social.

Ameaças



- . Diminuição do estado social decorrente da **atual situação de crise**, com medidas de contenção nas políticas sociais, de saúde (relevo para saúde mental), educação, dificultando a operacionalização das políticas previstas nos planos em vigor.
 - . Diminuição dos recursos financeiros ao nível da gestão pública (concelhia e administração central).
 - . Efeitos psicológicos negativos decorrentes do atual contexto socioeconómico.
- . Aumento da **vulnerabilidade financeira das famílias** e organizações; precariedade económica das famílias; “novos pobres”; diminuição do poder de compra.
 - . Expectativas defraudadas provocadas pelo atual contexto, com impacto acentuado nos jovens, dificultando a definição de projetos de vida.
- **Assimetria entre o litoral e o interior** ao nível dos equipamentos, das acessibilidades e do ordenamento do território, com maior concentração de infraestruturas nas freguesias do litoral apesar do maior peso demográfico no interior.
 - . Grande assimetria espacial na distribuição socioeconómica da população concelhia.
 - . Poucos polos geradores de receita e emprego no interior do concelho.
- . **Deficiente rede de transportes públicos** no concelho - dificuldade na mobilidade especialmente de e para o interior.
- . **Consumo significativo de substâncias psicoactivas** lícitas e ilícitas.
 - . Aumento do consumo de álcool nas camadas mais jovens
- . **Espaço público** com bolsas de desqualificação, existindo património degradado.
 - . Desordenamento urbanístico e territorial, existência de zonas desqualificadas e de áreas urbanas de génese ilegal, e progressiva desertificação dos centros históricos.
 - . Opções urbanísticas que provocaram descaracterização em algumas localidades.
 - . Obstáculos e barreiras arquitetónicas para peões, em especial pessoas com mobilidade condicionada, e ciclistas, resultando numa fraca apropriação dos espaços públicos.
- . Diminuição do sentimento de **segurança** de pessoas e bens.
- . Aumento da taxa de **desemprego**, sobretudo do desemprego de longa duração.
- . Custo elevado da **habitação** no concelho.
- . Aumento das **doenças** relacionadas com o sedentarismo, com efeitos nomeadamente na obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares.
- . Fraca **atitude empreendedora** da população em geral.
- . Fraca **participação** cívica e descrédito da população face às estruturas públicas.
- . Fragilidade do **tecido empresarial** local dificulta o investimento em projetos estruturantes.
 - . Insustentabilidade de um nº significativo de pequenas e médias empresas.





PERCEÇÃO SOBRE OS PROBLEMAS SOCIAIS

Numa 2ª fase diagnóstica, face à insuficiência de dados quantitativos relativamente aos problemas sociais, foi elaborado um questionário através do qual se pretendia registar a perceção das instituições, municipais e eleitos/as sobre a pertinência no concelho, de um conjunto alargado de problemas sociais. Para o efeito, foi elaborado um questionário com base na lista exaustiva de possíveis problemas, constantes no sistema de informação da Rede Social Nacional.

Face a esta listagem, agrupada por áreas, pedia-se às pessoas inquiridas que indicassem a relevância de cada um dos problemas segundo a seguinte escala: Não existe; É pouco relevante; Existe pontualmente; Existe com alguma intensidade; Existe com muita intensidade.

O universo de pessoas questionadas e que responderam foi:

- CLAS - representantes na reunião plenária de Setembro de 2011
Responderam 68 pessoas: maioritariamente do sexo feminino, com ensino superior
- Municipais - aberto a toda a população; online e em formato papel nos gabinetes de atendimento; divulgado junto de clientes das instituições e para a população em geral através dos suportes de informação institucionais e comunicação social local
Responderam 174 pessoas: 71% mulheres; ; 69% com ensino superior e 24% secundário
- Eleitos/as -11 (enviado ao Executivo Municipal, Executivos das 6 Juntas de Freguesia, membros da Assembleia Municipal e das 6 Assembleias de Freguesia)
Responderam 11 pessoas: 78% homens; 40% com ensino superior e 40% secundário

No tratamento das respostas e para o presente efeito, foram somente tratadas as respostas "Existe com alguma intensidade" e "Existe com muita intensidade".

Consoante o nº de pessoas que consideram que o problema tinha alguma ou muita relevância, atribui-se a cada um dos problemas, um valor entre 1 e 4, sendo que:

- 1 = 0 a 25% das pessoas consideram que o problema existe com alguma ou muita intensidade
- 2 = 26 a 50% das pessoas consideram que o problema existe com alguma ou muita intensidade
- 3 = 51 a 75% das pessoas consideram que o problema existe com alguma ou muita intensidade
- 4 = 76 a 100% das pessoas consideram que o problema existe com alguma ou muita intensidade

Assim, quanto mais elevado o valor médio, mais relevante se considerou o problema.

Ainda que na generalidade se verifique que os três grupos fazem um diagnóstico aproximadamente idêntico, existem alguns problemas sobre os quais as respetivas perceções apresentam uma divergência significativa (divergências assinaladas a cinza):



Perceção sobre a pertinência dos problemas sociais no concelho

	Valor médio		
	Municípes	Eleitos/as	CLAS
Desadequação entre a oferta e a procura de emprego	4	4	2
Tabagismo em idade precoce	4	3	2
Obesidade	3	4	2
Dificuldade de conhecer as oportunidades de emprego	4	4	1
Oferta de emprego pouco qualificado	3	4	2
Forte peso da economia informal/paralela	3	4	2
Fracas condições/incentivos para o empreendedorismo	3	4	2
Dificuldades das famílias em garantir as suas funções básicas (sobrevivência, proteção, afecto, confiança, segurança,...)	2	2	4
Desadequação do sistema educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais/disciplinares/emocionais	3	1	3
População idosa em situação de dependência sem apoio	2	1	3
Pessoas portadoras de deficiência física ou mental com dificuldades de inserção	2	1	3
Abandono, absentismo, insucesso escolar	3	1	2
Distribuição desequilibrada dos equipamentos/ serviços/ respostas ao nível territorial	3	1	2
Insuficientes respostas de apoio familiar e aconselhamento parental	3	1	2
Pouca diversidade das atividades desenvolvidas pelas associações locais	3	2	1
Desigualdades de oportunidades/género no acesso a bens e serviços	3	1	1
Violência doméstica	2	1	3

De um modo geral, denota-se que os/as municípes sentem os problemas com uma maior relevância do que o grupo de eleitos/as ou de técnicos/as.

Conforme se constata no quadro seguinte, para municípes e eleitos/as, os problemas relacionados com o emprego/desemprego assumem uma relevância bastante elevada.

Para municípes, os problemas relacionados com a cultura e interação institucional apresentam-se igualmente com uma forte intensidade.

Para eleitos/as, os comportamentos de risco são a segunda fonte de preocupação, enquanto as instituições incidem com maior intensidade sobre os problemas relacionados com a sociedade e a família.



	Municípios	Eleitos/as	CLAS	Média ponderada
Média dos problemas relacionados com o Emprego/ Desemprego	3,7	4	2,5	3,31
Média dos problemas relacionados com Comportamentos de risco	2,89	2,67	2,38	2,71
Média dos problemas relacionados com a Cultura e interação institucional	3	2,38	2,13	2,66
Média dos problemas relacionados com a Sociedade	2,64	2,57	2,64	2,64
Média dos problemas relacionados com a Educação	2,64	1,64	2,38	2,51
Média dos problemas relacionados com Equipamentos, Serviços e Respostas sociais	2,71	1,75	2,29	2,50
Média dos problemas relacionados com a Cidadania e Participação	2,82	2,09	1,82	2,42
Média dos problemas relacionados com a Família	1,86	1,71	2,54	2,03

Numa leitura global, considerou-se como problemas com maior relevância, aqueles em que pelo menos metade das pessoas vê o problema como tendo alguma ou muita relevância no concelho,

Tendo em conta a média dos valores atribuídos pelo conjunto de inquiridos/as, os principais problemas sociais aparecem pela seguinte ordem de relevância:

	Média ponderada
• Desemprego de longa duração (há mais de 12 meses)	4,00
• Sobre-endividamento das famílias	3,69
• Desemprego	3,66
• Trabalho precário	3,66
• Dificuldades de acesso / integração de jovens na vida ativa	3,66
• Fraca sensibilização/envolvimento do tecido empresarial na resolução das problemáticas sociais	3,66
• Desfasamento dos encargos habitacionais face aos rendimentos da população	3,65
• Consumo excessivo de álcool em idade precoce	3,62
• Burocratização excessiva	3,59
• Desadequação entre a oferta e a procura de emprego	3,32
• Desajustamento/desadequação entre oferta de formação e as necessidades do mercado de trabalho	3,32
• Tabagismo em idade precoce	3,29



• Pobreza "escondida"	3,05
• Existência de barreiras arquitetónicas no espaço público e equipamentos	3,05
• Deficiente/inadequada rede de transportes públicos/coletivos face às necessidades da população	3,00
• Consumos de drogas ou outras substâncias psicoativas	3,00
• Fraca participação comunitária/cívica por parte dos cidadãos	3,00
• Dificuldades na conciliação da vida profissional e familiar	3,00
• Dependência de subsídios ou prestações sociais	3,00
• Insegurança	3,00
• Alcoolismo	3,00
• Dificuldade de conhecer as oportunidades de emprego	2,98
• Insuficientes respostas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	2,95
• Insuficientes respostas para idosos	2,95
• Insuficiente apoio domiciliário para pessoas em situação de dependência	2,95
• Insuficientes respostas para crianças 0-4 anos	2,95
• Insuficientes respostas para jovens	2,95
• Comportamentos delinquentes/marginalidade	2,95
• Dificuldades de acesso aos equipamentos/serviços complementares de saúde públicos	2,95
• Insuficientes recursos para acompanhar alunos com necessidades especiais	2,95
• Baixas qualificações/competências profissionais	2,95
• Insuficiente oferta de bancos de livros escolares e materiais escolares	2,92
• Desadequação do sistema educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais/ disciplinares/ emocionais	2,90

Por outro lado, os problemas a que foi dada uma menor relevância, foram:

	Média ponderada
• Minorias étnicas com dificuldade de integração	1,95
• Negligência familiar	1,95
• Insuficientes respostas para pessoas toxicodependentes e suas famílias	1,95
• Insuficientes respostas para pessoas com HIV/SIDA e suas famílias	1,95
• Insuficientes respostas para jovens grávidas ou com recém-nascidos	1,95
• Desvalorização da escola por parte da família	1,95



• Iliteracia	1,95
• Inexistência de projetos e/ou serviços de orientação vocacional	1,95
• Insegurança nas escolas	1,95
• Deficiências/lacunas ao nível das infraestruturas /equipamentos escolares (cantina, ginnodesportivo, aquecimento, manutenção, ...)	1,95
• Inflexibilidade/inadaptação do funcionamento/organização dos equipamentos/serviços/respostas sociais às necessidades dos destinatários/comunidade	1,95
• Insuficientes respostas para crianças em idade escolar	1,95
• Mendicidade	1,62
• Xenofobia e Racismo	1,59
• Existência de habitações precárias (ex: barracas, outros alojamentos improvisados)	1,35
• Pessoas sem-abrigo	1,31
• Maus tratos familiares	1,27
• Negligência e/ou maus tratos familiares à população idosa	1,27
• Abuso sexual na esfera familiar	1,27
• Prostituição	1,00

Em anexo apresentam-se os problemas com uma relevância média.

ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS



Paralelamente à recolha de informação qualitativa e mais empírica, recolheram-se alguns dados sobre o concelho, referentes a diversas áreas:

Território

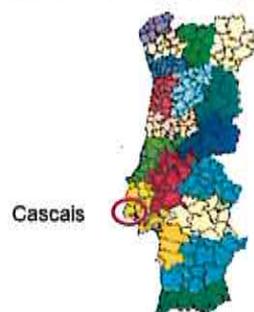
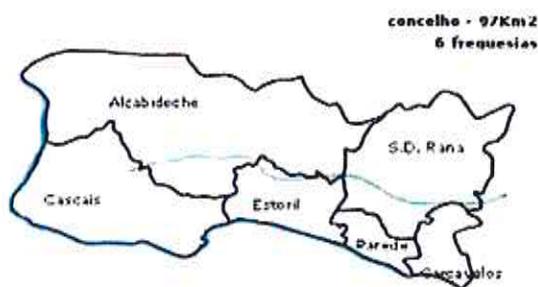
O último Diagnóstico Social baseia-se em dados do censo de 2001. Desde então a realidade concelhia sofreu alterações significativas que importa aprofundar.



Contudo, para atualizar o diagnóstico, seria importante considerar os dados dos censos 2011, os quais ainda não se encontram disponíveis. Por outro lado, permanece a dificuldade em obter dados concelhios atualizados de organizações públicas relevantes para o desenvolvimento social e de correlacionar toda a informação existente. Por estas razões considerou-se que não seria oportuno fazer neste momento uma atualização de fundo do diagnóstico social, optando-se por o fazer no próximo ano, com o apoio de uma equipe especializada.

Apesar destas limitações, procurou-se recolher informação sobre um conjunto de indicadores e de perceções que permitam indiciar diferentes aspetos que se relacionam diretamente com a intervenção social e que fundamentam as opções dos agentes sociais.

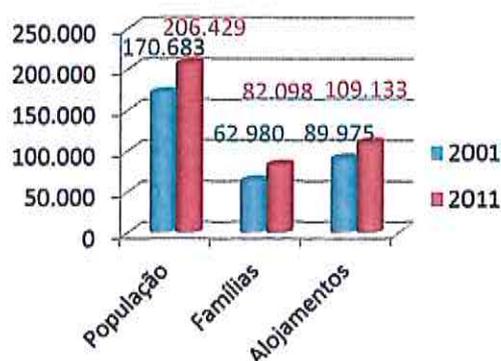
Cascais integra a Área Metropolitana de Lisboa e os seus 97 km² dividem-se em 6 freguesias.



Com a reorganização administrativa em curso, o número de freguesias irá eventualmente diminuir, podendo haver alterações nas suas fronteiras. O período de transição e implementação desta mudança poderá causar uma perturbação temporária no funcionamento das redes locais e na relação da população e instituições com as autarquias.

É um concelho marcado pela densificação da malha urbana, traduzida na aproximação das periferias a Lisboa, sendo o 6º município mais populoso do país. Apresenta em 2011 uma densidade populacional de 2.128 hab/km², sendo a média da região de Lisboa de 946 hab/km². Em 2011, registaram-se 109.133 alojamentos em Cascais, o que representa um crescimento de 21% face a 2001.

População, Famílias e Alojamentos



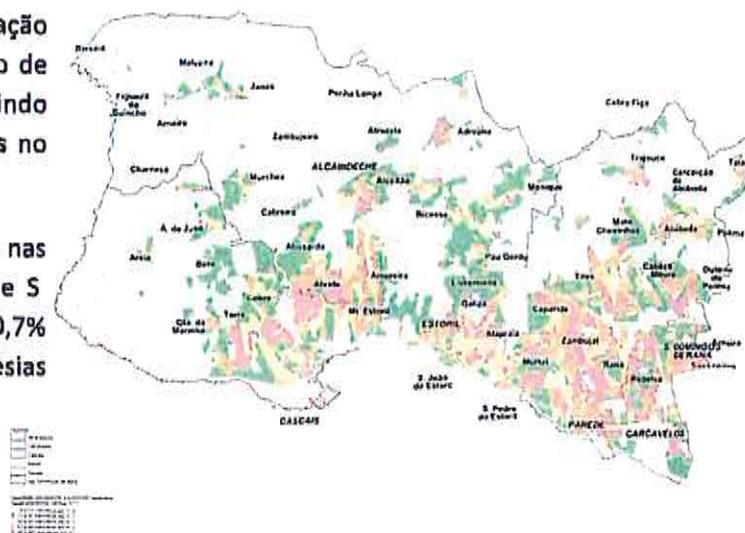


População e Famílias

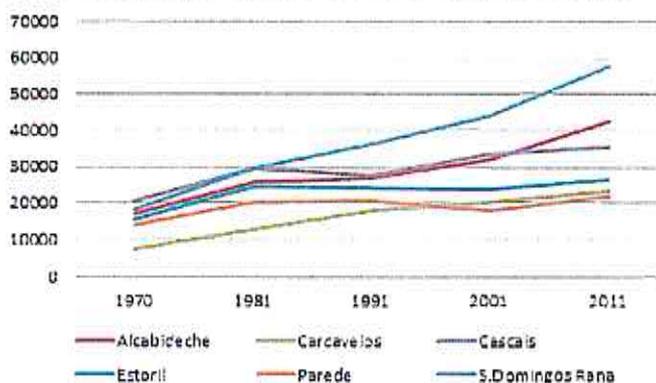
Segundo os dados provisórios do Censos de 2011, a população concelhia teve um crescimento de 21% face a 2001, existindo atualmente 206.429 residentes no concelho.

O crescimento foi mais notório nas freguesias de Alcabideche e de S Domingos de Rana (32,6% e 30,7% respetivamente), as freguesias mais populosas do Concelho.

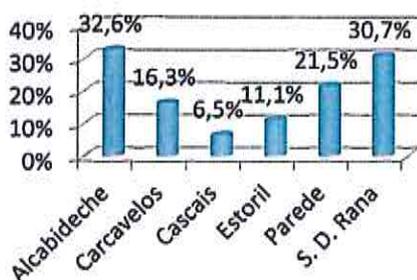
Densidade populacional - dados provisórios Censos 2011 e CMC



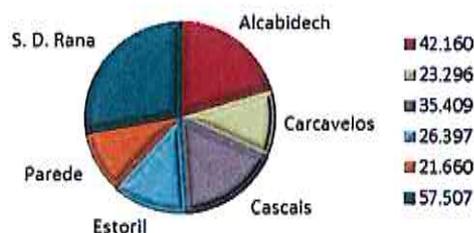
Evolução da população residente 1970-2011 – Censos 2011 e CMC



Crescimento populacional 2001-2011



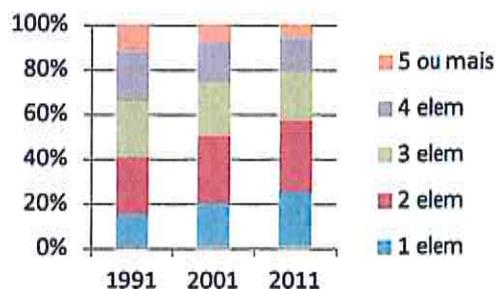
Residentes por freguesias, INE 2011





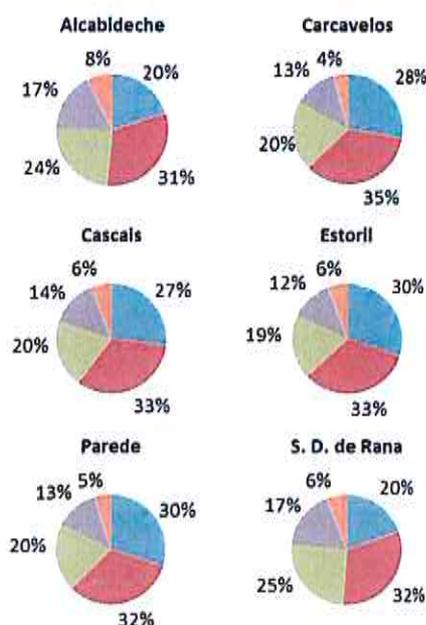
A par do crescimento populacional (21%), verifica-se desde 2001, um crescimento de 30% no número de famílias clássicas*. Numa perspetiva longitudinal, regista-se a nível concelhio, uma diminuição do número médio de elementos desde 1991. A média de elementos por família é mais elevada nas freguesias mais populosas, e também menos envelhecidas – Alcabideche e S. D. Rana.

Distribuição percentual da tipologia de famílias clássicas - nº de elementos



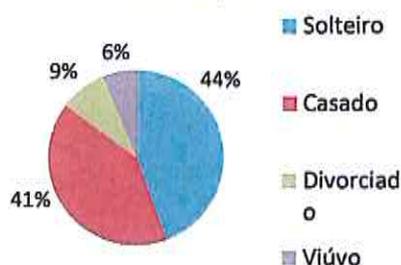
Famílias por freguesia, INE 2011

Freguesia	Famílias Clássicas	Média de elementos
Concelho	82.098	2,5
Alcabideche	15.459	2,7
Carcavelos	9.966	2,3
Cascais	14.581	2,4
Estoril	11.149	2,4
Parede	9.156	2,4
S. D. Rana	21.787	2,6

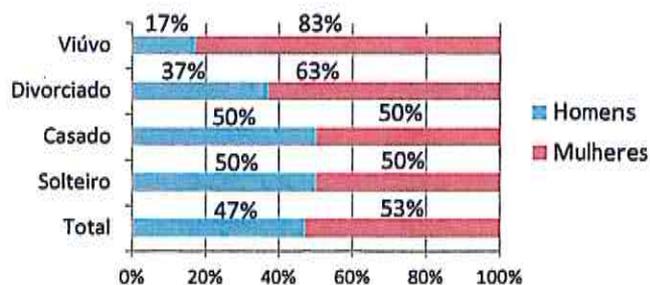


Relativamente ao estado civil, Cascais é um dos 5 municípios a nível nacional com maior taxa de população divorciada. Ao efetuar-se uma análise por sexo verifica-se que dois terços das pessoas divorciadas são mulheres e que existem 5 vezes mais viúvas do que viúvos.

Estado Civil, INE 2011



Proporção de homens e mulheres por estado civil, INE 2011



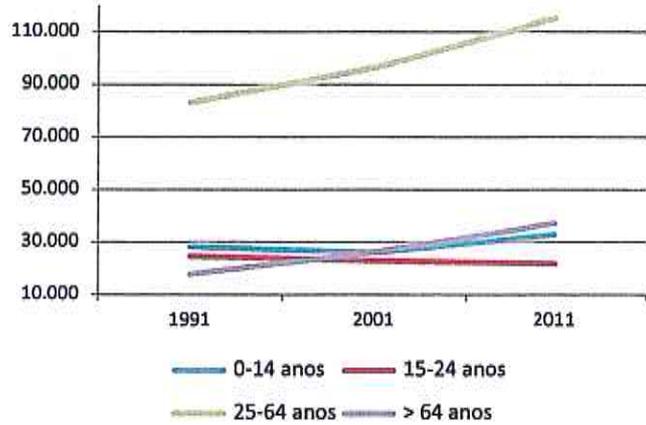
* Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.



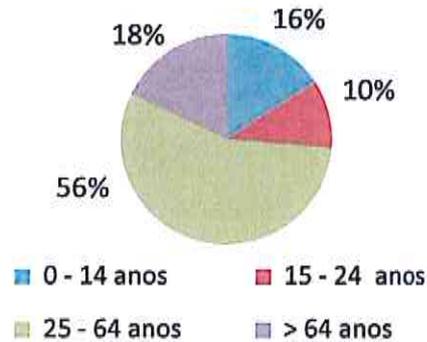
Apesar de todas as faixas etárias terem crescido entre 1991 e 2011 - à exceção da faixa etária dos 15 aos 24 anos - o grupo de pessoas com idade superior a 64 anos foi o que mais cresceu passando da faixa etária com menor peso em 1991, para o segundo grupo etário em 2011, tendo registado um crescimento de 109% nos últimos 20 anos.

As freguesias mais envelhecidas (Parede, Estoril e Cascais) são as freguesias com maiores taxas de feminização (superiores a 54%) dada a maior esperança média de vida das mulheres. Aliás, nestas freguesias, as mulheres constituem mais de 59% do grupo etário das pessoas com idade superior a 64 anos.

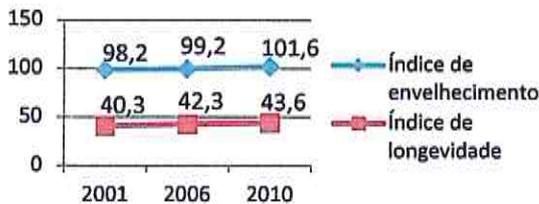
População residente por grupo etário, INE



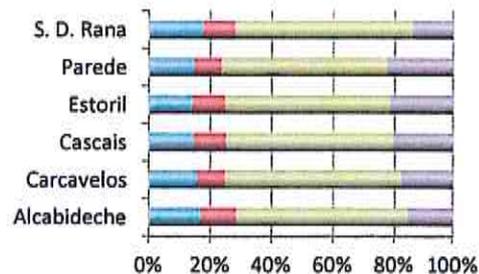
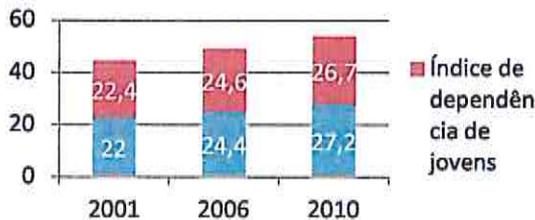
População residente por grupo etário, INE 2011



Índices de envelhecimento e longevidade



Índices de dependência



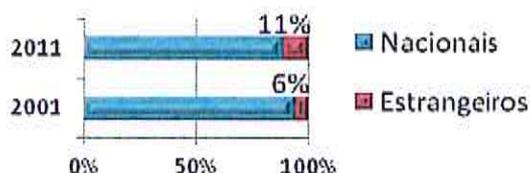
¹ Índice de envelhecimento = N de residentes com mais de 64 anos por cada 100 residentes com menos de 15 anos
 Índice de longevidade = N de residentes com 74 anos por cada 100 residentes com mais de 64 anos
 Índice de dependência de idosos = N de residentes com mais de 64 anos por cada 100 residentes entre os 15 e 64 anos.
 Índice de dependência de jovens = N de residentes com menos de 15 por cada 100 residentes entre os 15 e 64 anos.

Imigração

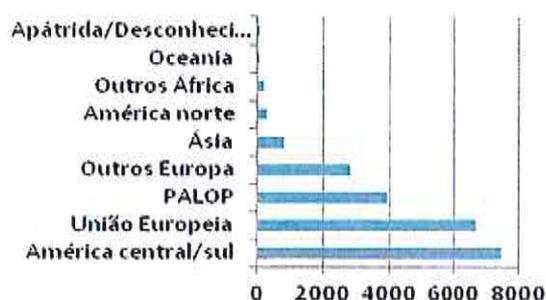
Segundo os dados do SEF, estão registadas 22.134 pessoas imigrantes (2010), o que corresponde a 11% da população. As pessoas oriundas do Brasil correspondem a quase 1/3 dos/das estrangeiros/as, sendo esta uma comunidade com uma elevada taxa de feminização (59%). Esta feminização é aliás uma característica da generalidade das comunidades provenientes da América Central e do Sul em Cascais.



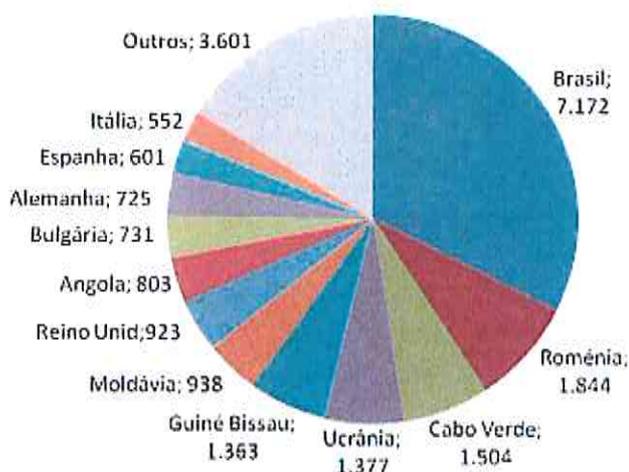
População estrangeira, SEF



População estrangeira por origem, SEF 2010



Principais comunidades, SEF 2010



Habitação

Dado o preço elevado do mercado local de habitação, um número considerável de famílias não tem acesso a uma habitação digna. A habitação social é deficitária face às necessidades.

Em 2012, os fogos de habitação social ascendem a 6263 fogos, dos quais:

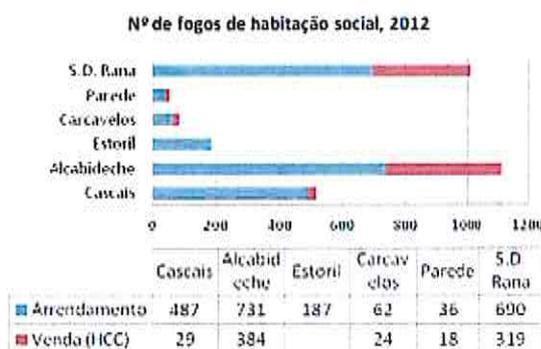
- . 35% de habitação municipal para arrendamento
- . 18% de habitação para arrendamento, de IPSS e estado central
- . 12% promovida pela autarquia para venda a custos controlados
- . 35% de habitação cooperativa

Correspondendo a 5,7% dos alojamentos familiares

O número de pedidos habitação social tem vindo a oscilar ao longo dos últimos anos, verificando-se dois picos (2004 e 2008), coincidentes com a abertura de concursos para Habitação a Custos Controlados.

Da totalidade de pedidos de habitação efetuados na CMC, até Agosto de 2011, 467 agregados foram considerados "casos graves", ou seja, situações de caráter prioritário de acordo com os critérios definidos. As freguesias com mais casos graves, são também as mais populosas do Concelho.

Do total de alojamentos familiares no concelho (108.962), 12,5% estão vagos, não constituindo um recurso para as famílias que necessitam de aceder a uma habitação. Outro tanto são segundas residências.



Casos graves de habitação

	Ago-11 ²	
	Agregados Familiares	Pessoas
Alcabideche	125	431
Carcavelos	23	80
Cascais	78	240
Estoril	48	149
Parede	42	140
S. D. Rana	151	481
TOTAL	467	1521

Alojamentos familiares, INE 2011



² Atualmente todos os casos graves estão a ser reavaliados podendo assim verificar-se alguma pequena variação no número de situações.

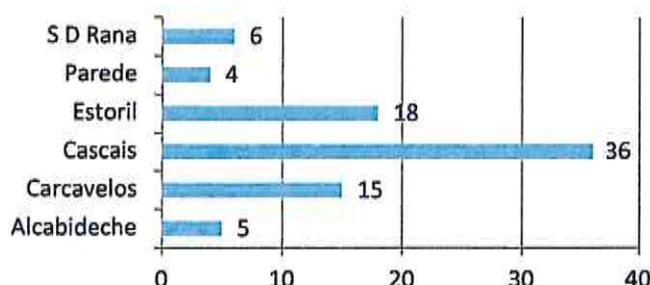


Pessoas Sem-abrigo

Em 2011 registaram-se no Concelho, 87 pessoas sem-abrigo, sobretudo homens (92%), destacando-se a Freguesia de Cascais como zona de pernoita desta população.

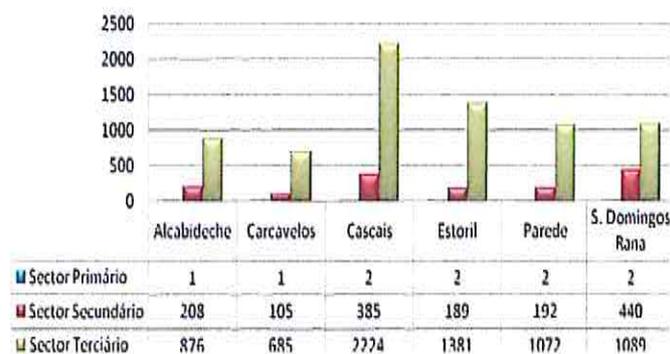
Destes, no final de Dezembro, e apesar da intervenção existente, permaneciam 53 casos na situação de sem-abrigo.

Nº de pessoas sem-abrigo, CMC, Dezembro 2011



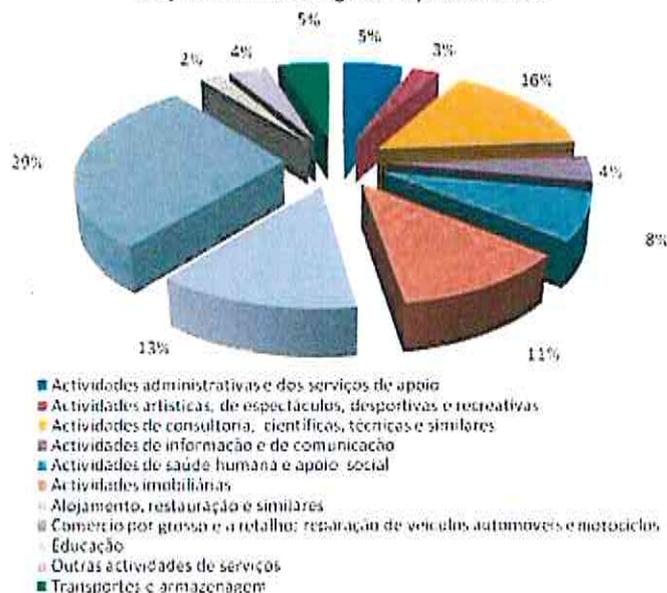
Economia

Em termos económicos, acompanhando as tendências metropolitanas em que se insere, Cascais tem reforçado, nas últimas décadas, uma estrutura de nítida terciarização, destacando-se as atividades ligadas ao comércio. No que respeita às empresas do setor secundário, o principal tipo de atividades desenvolvidas, inserem-se na área da construção.

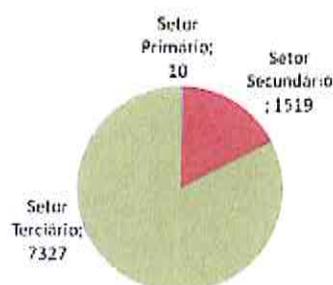


o principal tipo de atividades desenvolvidas, inserem-se na área da construção.

Distribuição das empresas do setor terciário – INE, Sist de Contas Integr.das Empresas Jun 2011



Empresas sedeadas no concelho por setor, INE, Sist de Contas Integr.das Empresas Jun 2011





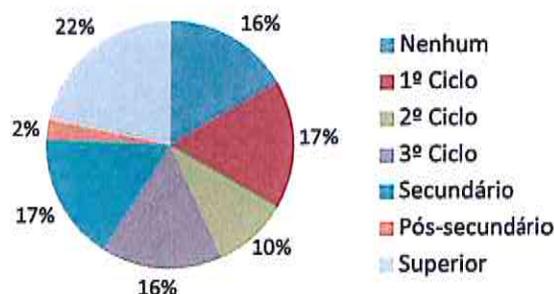
Educação

A população de Cascais apresenta níveis de instrução elevados em comparação com o território nacional, sendo a fatia mais significativa, a das pessoas com o ensino superior (22%). Este valor é elevado mesmo no contexto da Região de Lisboa, onde a população com o ensino superior apresenta um peso de 17%.

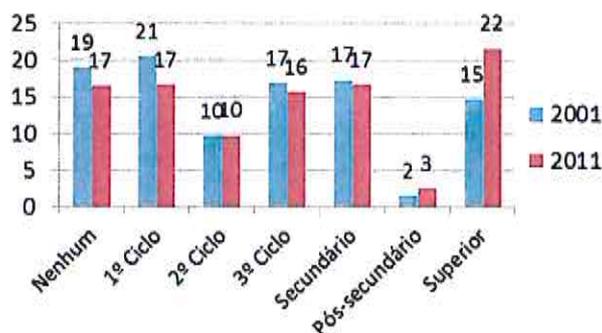
Numa perspetiva evolutiva entre 2001 e 2011, o Concelho apresenta um aumento dos níveis educacionais da população, mantendo-se contudo idêntico o peso de pessoas com a escolaridade obrigatória completa (3º Ciclo) e com o ensino secundário.

À semelhança dos dados a nível nacional, a maior parte das 22% de pessoas licenciadas são mulheres (57%), revelando-se contudo esta taxa de feminização em Cascais, menor do que a nível nacional (61%). As mulheres estão também em maioria nos níveis mais baixos de escolaridade, predominando portanto, nos extremos do percurso de qualificação escolar.

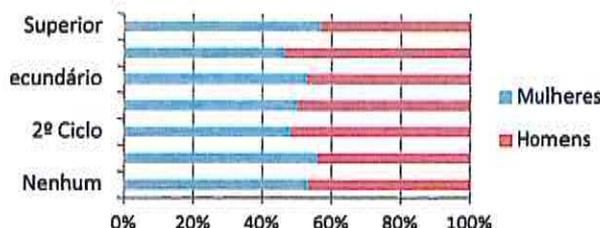
População residente segundo o nível de ensino, Cascais, INE 2011



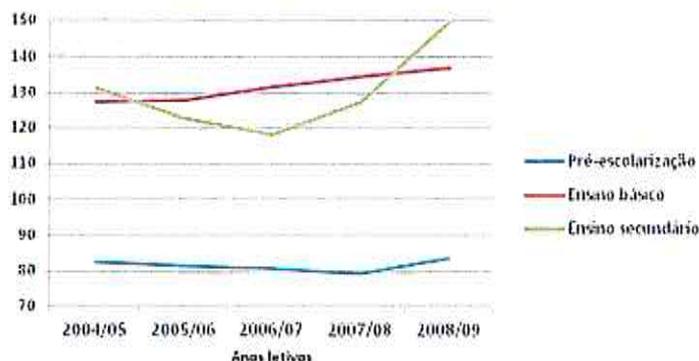
Evolução do nível de ensino (%), Cascais, INE



Homens e mulheres (%) por nível de ensino, INE, 2011



Taxas brutas de escolarização, Ministério da Educação



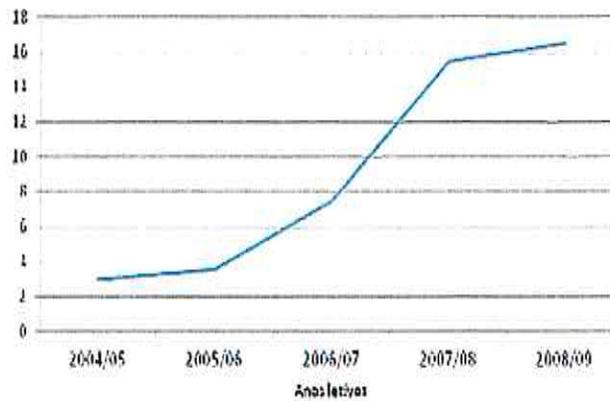
No ano letivo de 2008/09, Cascais apresenta uma taxa bruta de escolarização³ no ensino básico de 137,1% e de 149,8% no ensino secundário.

³ TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.



De 2004 a 2008, tem vindo a crescer o número de alunos/as a frequentar cursos profissionais no ensino secundário, registando-se, no ano letivo de 2008/09, uma taxa de 16,5%.

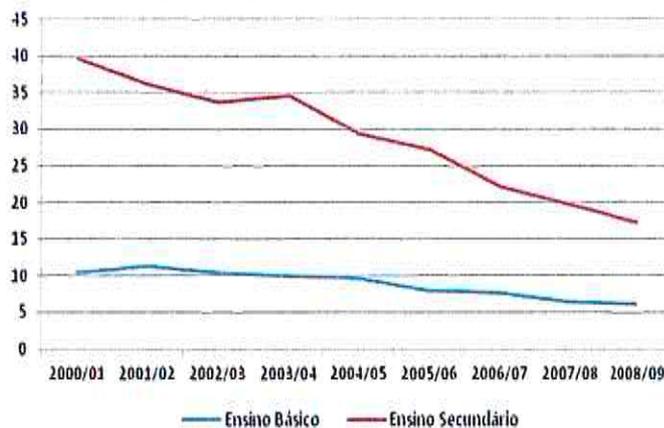
Taxa de frequência de cursos profissionais no ensino secundário, Ministério da Educação



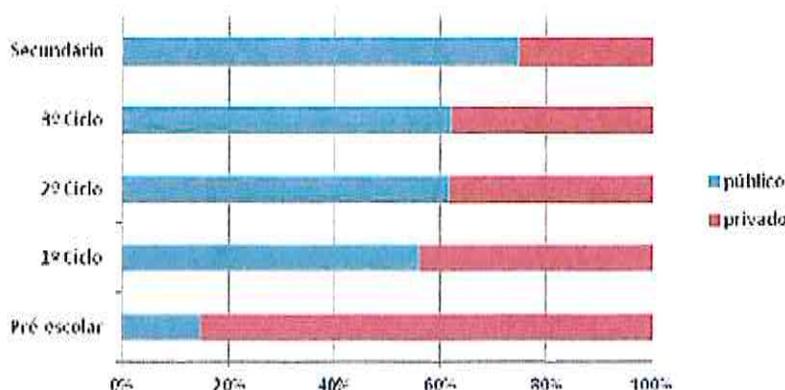
Em termos do universo escolar, no ano letivo de 2008/2009, do total de alunos/as desde o pré-escolar ao ensino secundário, 44% frequentavam o ensino privado.

As taxas de retenção e desistência têm vindo a diminuir ao longo da última década, sobretudo ao nível do ensino secundário.

Taxas de retenção e desistência, Ministério da Educação



Proporção de alunos no ensino público e privado, ano letivo 2008/09, Ministério da Educação





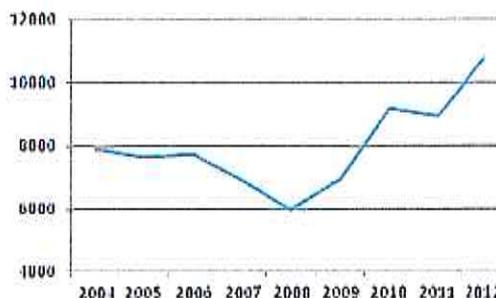
Desemprego

No final do mês de Março de 2012 registavam-se, no Centro de Emprego (CE) de Cascais, 10.786 pessoas desempregadas, 50% homens e 50% mulheres.

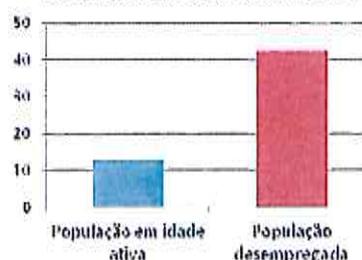
Apesar das oscilações no número de pessoas desempregadas ao longo dos últimos anos, a taxa de crescimento entre 2001⁴ e 2011 (43%) é muito superior à taxa de crescimento da população em idade ativa no mesmo período (13%).

Olhando apenas para as pessoas que se inscreveram no CE de Cascais no mês de Março de 2012, 45% ficaram desempregadas na sequência do término de um trabalho não permanente e 20% foram despedidas.

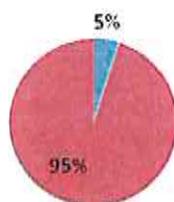
Nº pessoas desempregadas a 31 de Março de 2004-2012, Cascais, IEFP



Variação (%) entre 2001 e 2011, INE, IEFP

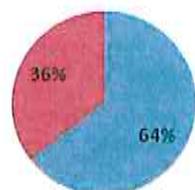


Situação face à procura de emprego, Março 2012, IEFP



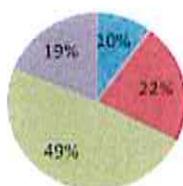
■ 1º emprego ■ Novo emprego

Tempo de inscrição das pessoas desempregadas, Março 2012, IEFP



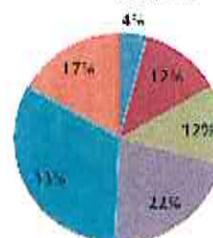
■ < 1 ano
■ > 1 ano

Pessoas desempregadas grupo etário, Março 2012, IEFP



■ <25 anos ■ 25-34 anos ■ 35-54 anos ■ >54 anos

Pessoas desempregadas por nível de escolaridade, Março 2012, IEFP



■ <15º ciclo
■ 15º Ciclo
■ 2º Ciclo
■ 3º Ciclo
■ Secundário
■ Superior

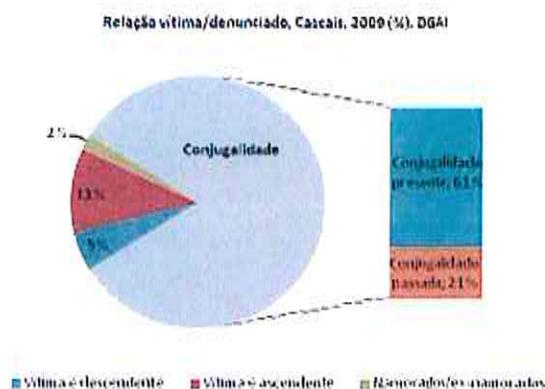
⁴ Para efeitos de cálculo do crescimento da população desempregada entre 2001 e 2011, utilizou-se para o ano 2001 os dados do INE que poderão ser ligeiramente superiores aos dados do IEFP, pelo que a taxa de crescimento na última década poderá ser ainda ligeiramente superior a 43%.



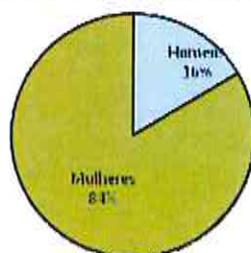
Violência Familiar

O número de denúncias de violência doméstica nas forças de segurança tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, registando-se em 2010, 681 denúncias, o que corresponde a 13 ocorrências por semana.

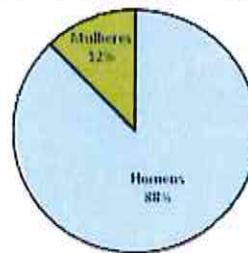
Não se verificando diferenças significativas ao longo dos anos em termos das características das vítimas e dos agressores, as faixas etárias mais significativas são dos 25 aos 55 anos. As vítimas com mais de 65 anos representam 7% do total em 2009.



Vítimas de VD, por sexo, 2009 (%), DGAI



Denunciados/as, por sexo, 2009 (%), DGAI



Na maioria das situações denunciadas as vítimas são mulheres (84%) e as denúncias são feitas sobre pessoas do sexo masculino (88%). 82% das situações de violência doméstica ocorreram em contexto de conjugalidade, (presente ou passada) e em 42% dos casos, as situações foram presenciadas por menores.

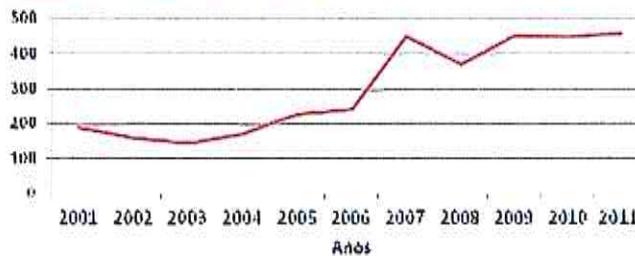
Crianças e jovens em risco

No que se refere às crianças e jovens em perigo e em risco, o número de processos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais tem vindo a crescer significativamente ao longo dos últimos anos, apresentado um crescimento de 143% na última década, valor este muito superior à taxa de crescimento populacional da respetiva faixa etária em causa, tendo-se mantido estável desde 2009.



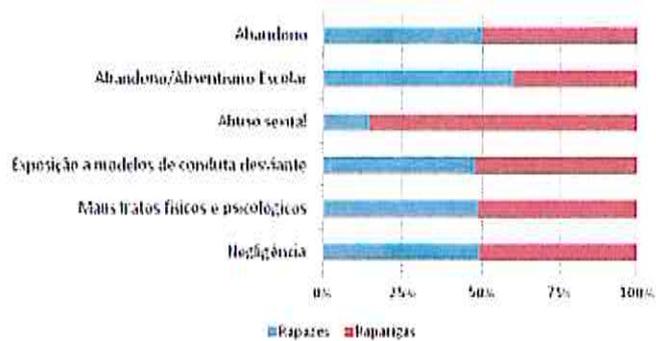
Nº de processos da CPCJC, Cascais

Em 2011 foram instaurados 461 novos processos, aos quais acrescem cerca de 100 processos reabertos nesse mesmo ano.



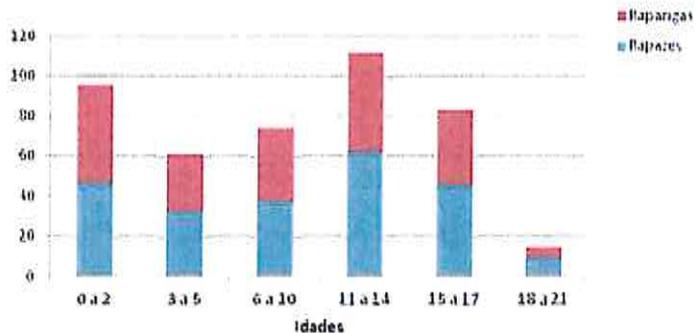
A negligência constitui perto de um terço das situações que chegam à CPCJC, seguindo as problemáticas dos maus-tratos físicos e psicológicos (16%) e a exposição a modelos de conduta desviante, o que engloba um conjunto de situações, como por exemplo, a exposição a violência conjugal ou o consumo de drogas por parte de cuidadores/as.

Proporção de rapazes e raparigas abrangidos pela CPCJC, por problemáticas, 2011



Em termos etários, cerca de uma em cada 3 crianças abrangidas pela CPCJC tem menos de 6 anos e 25% têm entre 11 e 14 anos.

Idades e sexo das crianças e jovens abrangidos/as pela CPCJC em 2011

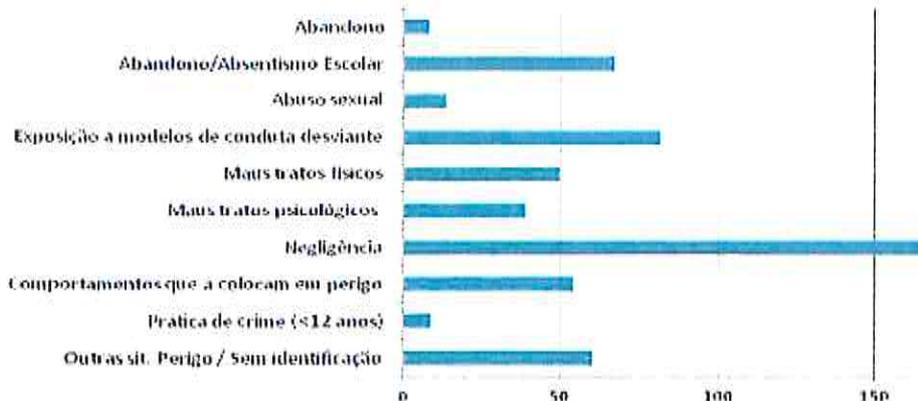


O abandono/absentismo escolar surge como um fenómeno maioritariamente masculino (60% dos casos diz respeito a meninos/rapazes).

Os maus tratos (físicos e psicológicos) afetam tanto rapazes como raparigas, mas a partir dos 14 anos, 3 em cada 4 situações dizem respeito a raparigas. Já

o abuso sexual é uma problemática que afeta sobretudo meninas/raparigas a partir dos 6 anos.

Processos da CPCJC em 2011 por problemática





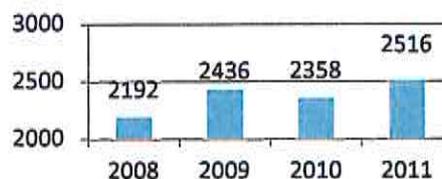
Recurso a apoios sociais

Segurança Social – RSI, CSI, Ação Social e Emergência

Em Novembro de 2011 registavam-se 2516 famílias beneficiárias do **Rendimento Social de Inserção (RSI)**, o que corresponde a 3% das famílias do concelho.

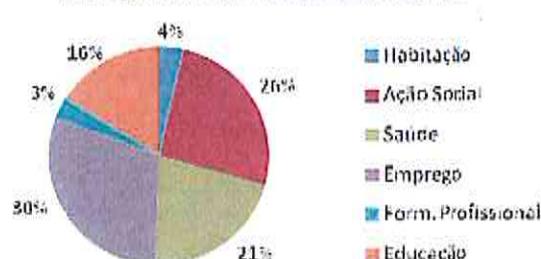
No âmbito do RSI, em 2011 foram assinados 1874 Programas de Inserção (PI), abrangendo 5766 ações e 3508 beneficiários/as.

Nº de prestações de RSI deferidas, ISS Cascais, 2011

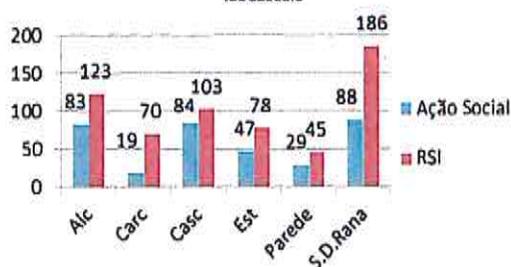


Do total de prestações de RSI deferidas, 605 correspondem a novos processos abertos em 2011. Foram ainda abertos 305 processos de **Ação Social (AS)**. Para além destes novos processos, foram movimentados em 2011 mais 1553 processos de AS e RSI de anos anteriores.

Nº de ações dos PI por área de intervenção, 2011



Novos processos de Ação Social e RSI em 2011, ISS Cascais

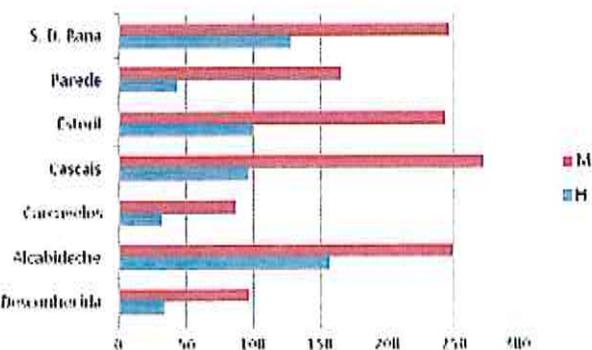


pobreza nas mulheres, sobretudo nas idosas.

Utilizando como valor de referência os dados dos Censos de 2011, a população idosa a receber CSI (em 2009) corresponde a cerca de 5% do grupo etário em causa.

Registavam-se em Janeiro de 2009, 1951 requerentes de **Complemento Solidário para Idosos (CSI)**⁵, com uma taxa de feminização de 70%. Este valor é muito superior à taxa de feminização do grupo etário no Concelho (58%), o que demonstra a maior incidência da

Requerentes de complemento solidário para idosos com processo ativo, ISS, Janeiro 2009



⁵ O CSI é uma prestação monetária do Sistema de Proteção baixos recursos e destina-se a pessoas com idade igual ou



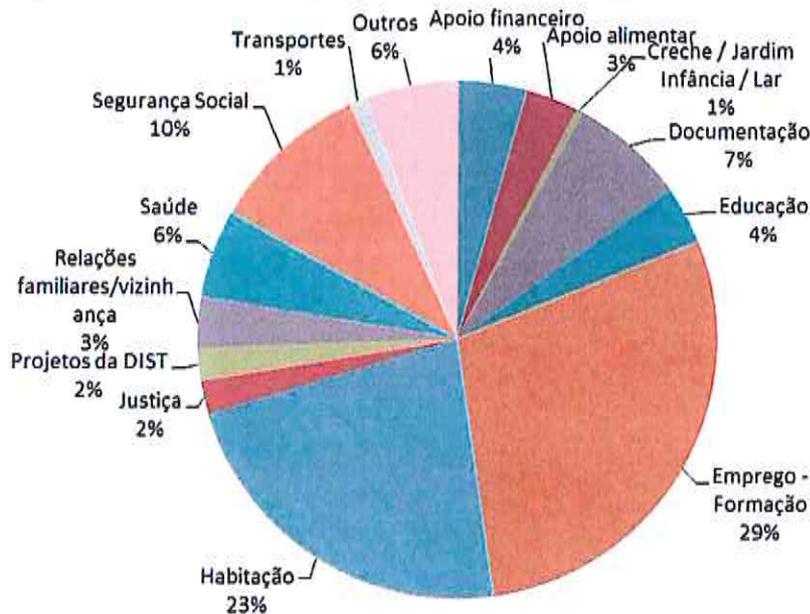
Caracterizando as 103 situações de emergência ocorridas no ano 2011, destaca-se a problemática das pessoas sujeitas a despejos/desalojamentos

Situações de emergência (N) por tipologia de problemática, Seg. Social Cascais, 2011



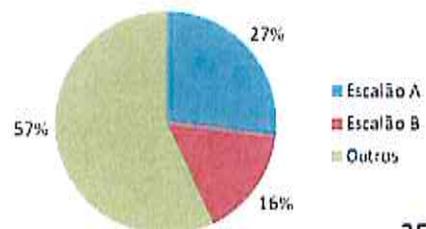
Espaços Mais Perto da CMC

Em 2011, recorreram aos 6 gabinetes de atendimento da CMC 1.800 pessoas, destacando-se os pedidos de apoio no âmbito da inserção profissional e da habitação.



Ação Social Escolar

Do total de alunos no ensino público no ano 2011/12 (5.384), beneficiam de auxílios económicos e refeições 1.458 no escalão A e 852 no escalão B, o que





corresponde a 43% de agregados com baixos rendimentos.



Apoios pontuais a famílias carenciadas

No decorrer do 1º semestre de 2011, as 23 organizações que apoiam direta e regularmente munícipes em situação de vulnerabilidade socioeconómica, apoiaram 2613 famílias, abrangendo 6.616 pessoas. Destas, 625 (9%) são crianças com idade igual ou inferior a 3 anos.

No que respeita às pessoas que solicitaram os apoios, são sobretudo mulheres (69%), de nacionalidade portuguesa e em idade ativa.

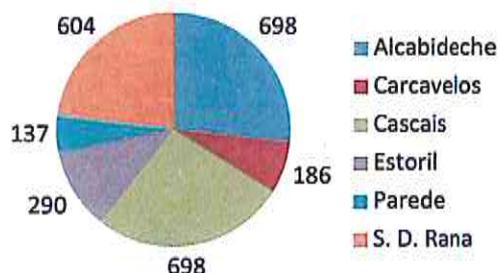
Entre as famílias que beneficiaram do apoio, cerca de 1/3 são constituídas por 4 ou mais elementos, seguidas dos agregados compostos por apenas 1 elemento e que representam 1/4 (665) do tipo de famílias apoiadas.

O trabalho é a principal fonte de rendimentos das famílias apoiadas, seguido das pensões. Não obstante o trabalho ser a principal fonte de rendimento dos agregados, o rendimento *per capita* de mais de metade das famílias (53%) é inferior a 100 euros, sendo que algumas chegam mesmo a ter valores *per capita* iguais a zero ou até negativos⁶. Contudo, é nos rendimentos entre os € 0 e os € 50 euros que se observa a maior percentagem de situações.

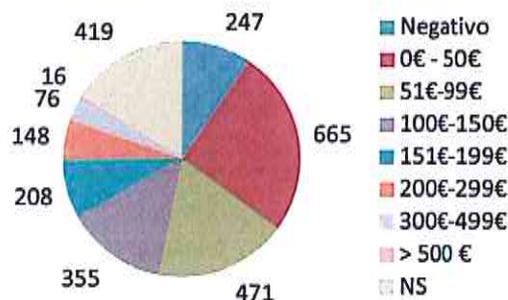
Das 2.613 famílias abrangidas, mais de 95% teve apoio em alimentos, 21,5% também beneficiou de apoio em medicamentos e 28% recebeu apoio financeiro.

Tomando por referência o último semestre de 2010 verifica-se que em 2011 é, sobretudo, ao nível do apoio em bens alimentares que se observa um maior aumento do número de famílias abrangidas (+277), seguido do auxílio pecuniário (+95 famílias abrangidas), com destaque para os pagamentos de luz, água e educação.

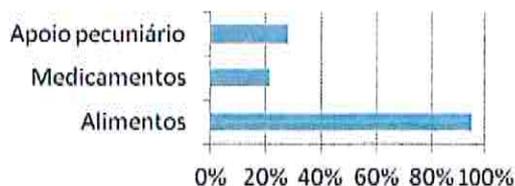
Nº de famílias apoiadas no 1º sem 2011



Rendimento per capita das famílias apoiadas



Apoios a famílias carenciadas, CMC/Parceria Cascais Mais Solidário 2011



⁶ O rendimento per capita foi calculado deduzindo do rendimento bruto, despesas de habitação (renda/prestação, água, luz, gás, comunicações), medicamentos e despesas de educação

PROBLEMAS E PRIORIDADES nas principais áreas

Tendo em conta a informação recolhida e o conhecimento dos agentes sociais, nomeadamente o resultado dos grupos de trabalho, sintetizam-se as principais áreas e prioridades de intervenção da seguinte forma:

Pobreza



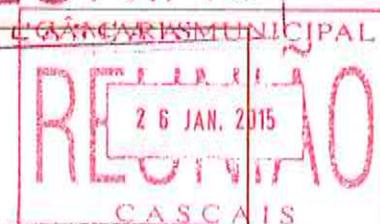
Principais problemas:

- Dificuldades de muitas famílias em garantir as suas funções
- Dificuldades de muitas pessoas e famílias no acesso a uma habitação com o mínimo de conforto e renda acessível
- Dificuldades de muitas pessoas e famílias no acesso a bens e serviços essenciais, por insuficiência de rendimentos para a satisfação das necessidades básicas
- Sobre endividamento das famílias
- Pobreza intergeracional/ persistente
- Pobreza "escondida"
- Existência de pessoas sem-abrigo
- Fracas competências parentais de uma parte da população
- Dificil conciliação da vida profissional e familiar
- Dificuldade de emancipação de jovens e sua dependência familiar prolongada
- Fraca participação cívica das pessoas em situação de pobreza



Prioridades:

- Respostas às necessidades básicas das famílias em situação de pobreza
- Apoio familiar e aconselhamento parental
- Mais e melhores serviços de atendimento e acompanhamento social
- Participação comunitária/ cívica
- Reforço de competências pessoais e sociais, com vista à autonomia



Deficiência



Principais problemas:

- Barreiras nas acessibilidades – físicas, culturais e de informação
- Insuficiência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência, nomeadamente para multideficiência, pessoas com duplo diagnóstico (deficiência e problemas saúde mental e cognitiva) e com maiores incapacidades e dependência devido à idade (+ 35 anos); centro de atividades ocupacionais e unidade de dia para deficientes profundos; lares residenciais, residência temporária para deficientes dependentes em período de descanso da família, residência intergeracional (para pais idosos com filhos dependentes ou em risco de exclusão), unidades de ensino estruturado e aprendizagens funcional, respostas para traumatizados crânio-encefálicos
- Dificuldades de inserção profissional dada a insuficiência de postos de trabalho para pessoas com necessidades especiais e a fraca sensibilização/envolvimento do tecido empresarial
- Insuficiente acompanhamento pós-formação e inserção
- Insuficiência de protocolos para o desenvolvimento de atividades socialmente úteis por clientes de CAO, em organizações empresariais
- Insuficiente resposta a alunos/as com necessidades educativas especiais
- Insuficiente resposta ao nível da Intervenção precoce
- Insuficiência de rendimentos das famílias para fazer face a pagamentos extraordinários de consultas e apoios necessários
- Maus-tratos e/ou negligência na esfera familiar e institucional
- Estigma social das pessoas com deficiência



Prioridades:

- Melhoria das acessibilidades no espaço público e nos edifícios
- Criação de lar residencial com unidade de dia para deficientes profundos
- Postos de Emprego protegido, libertando vagas de CAO



Envelhecimento e Velhice



Principais problemas:

- Aumento da percentagem de população idosa com necessidades diferenciadas, sem a respetiva adequação dos serviços disponíveis
- Isolamento e inatividade física/cognitiva e social de população idosa
- População idosa em situação de dependência, sem apoio
- Negligência e/ou maus tratos familiares à população idosa
- Rede de transportes públicos insuficiente e dispendiosa face às necessidades e rendimento de muita população idosa
- Número de lares privados sem cooperação com a rede social e sem licenciamento



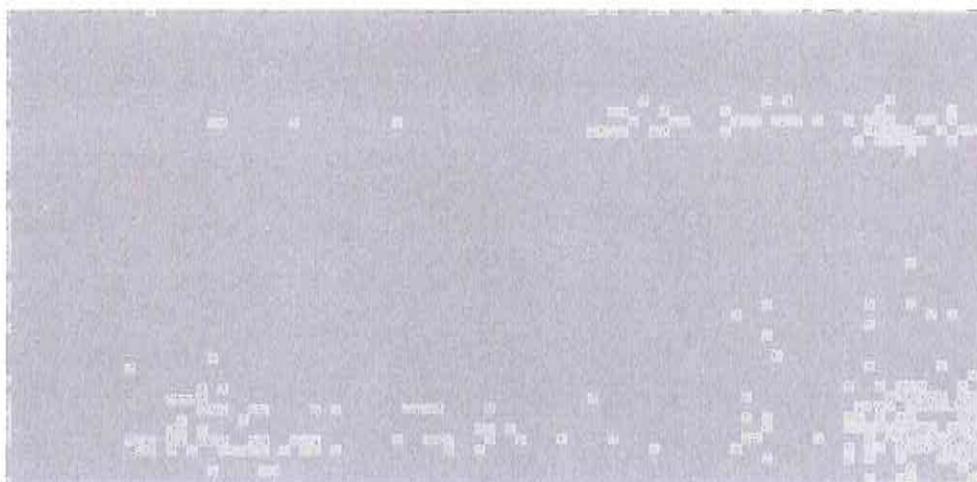
Prioridades:

- Criação de lares de idosos
- Alargamento da rede de apoio domiciliário para pessoas em situação de dependência
- Implementação de programas de promoção de um envelhecimento ativo



Principais problemas:

- Resposta de creche insuficiente
- Creches privadas com vagas e sem articulação com a rede social
- Respostas sociais insuficientes para crianças e jovens em risco/ perigo
- Fracas expectativas dos/as jovens relativamente ao futuro
- Saída antecipada do sistema de ensino por parte de jovens
- Delinquência/ marginalidade juvenil - Jovens 13-15 anos com problemas comportamentais e sem enquadramento no sistema
- Insuficiente oferta de atividades de interesse para jovens
- Fraca participação cívica dos/as jovens





Inserção profissional



Principais problemas:

- Elevado nível do desemprego e dificuldades de acesso/integração na vida ativa
- Desfasamento da oferta de formação face à procura e às necessidades do mercado de trabalho
- Desvalorização da via do ensino profissionalizante
- Jovens com abandono escolar precoce sem alternativa de educação/formação pertinente e atrativa
- Insuficiente mercado social de emprego para capacitação de pessoas com maiores dificuldades de inserção



Prioridades:

- Criação de oportunidades de formação profissional adequadas
- Programas de incremento do empreendedorismo social para criação de postos de trabalho
- Alargamento do número de vagas em empresas de inserção



Promoção da saúde



Principais problemas:

- Consumos/ Dependências (Álcool, drogas ou outras substâncias psicoactivas e tabagismo em idade precoce, jogo, computador)
- Falta de respostas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico
- Hábitos alimentares (Obesidade e Distúrbios alimentares)
- Relações sexuais desprotegidas
- Insuficiente resposta ao nível dos cuidados continuados



Prioridades:

- Respostas no âmbito da saúde mental (apoios psicológicos e terapêuticos)
- Prevenção de consumos de substâncias psicoativas, de doenças infecto-contagiosas e da obesidade

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

CÂMARA MUNICIPAL

12 JAN. 2015

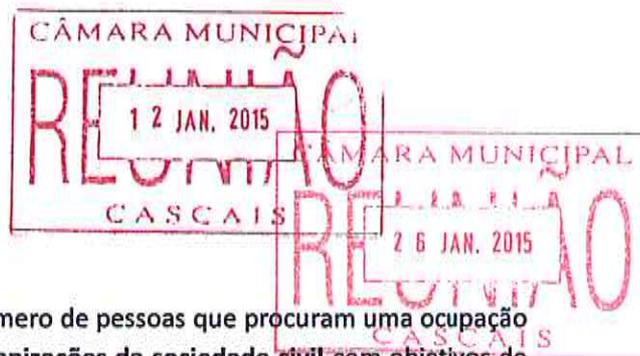
CÂMARA MUNICIPAL

26 JAN. 2015

Algumas tendências no desenvolvimento do concelho, apontam para a necessidade de repensar a intervenção social e preconizar uma nova abordagem aos problemas da pobreza e exclusão social.

A partir da análise dos dados e das dinâmicas em curso, os principais desafios que a Rede Social terá que enfrentar, relacionam-se com:

- O **envelhecimento da população**, com um peso considerável de pessoas autónomas e com elevada escolaridade, exigindo respostas inovadoras que as dignifique e retarde as dinâmicas de dependência (física e mental), de pobreza e de exclusão. Em simultâneo, o número de pessoas idosas dependentes não deixará de aumentar, pelo que se torna necessário disponibilizar as respostas necessárias a este grupo, tendo em conta a diversidade de situações individuais.
- Os problemas sociais agravam-se no contexto económico atual. A instabilidade de emprego e a elevada taxa de **desemprego** continuará a ser uma realidade nos próximos anos, com particular significado para a faixa etária mais elevada da população ativa, que se irá deparar com sérias dificuldades em se reinserir no mercado de trabalho convencional. Esta situação repercute-se não só numa maior necessidade de apoios sociais e psicológicos, incluindo respostas habitacionais, como também na necessidade de formas alternativas de ocupação, novos hábitos de consumo e o desenvolvimento de competências de empreendedorismo para autonomamente procurarem novas soluções.
- O mercado de emprego exige **qualificações e competências** crescentes, não só académicas como também pessoais e sociais, aumentando o risco de exclusão social para quem não detiver a gama de competências-chave necessárias. A existência de oportunidades para melhoria de conhecimentos e competências ao longo da vida ativa, é essencial para prevenir situações exclusão social.
- As **dificuldades financeiras dos organismos públicos** implicam a diminuição dos apoios quer às famílias quer no estabelecimento de protocolos com as organizações sociais. Urge repensar e melhorar a sustentabilidade das organizações que atuam no concelho. Eventualmente através de formas de gestão cooperativa, da procura de novos mercados e de respostas inovadoras, poderão compensar de alguma forma a diminuição dos apoios públicos.
- Tende a aumentar os já elevados graus de **desigualdades** sociais, de pobreza e de exclusão social, em especial na vertente territorial, sendo que nas freguesias mais populosas (Alcabideche e S. D. Rana), onde a precaridade económica é acentuada e a população jovem registou maior aumento, é onde existe uma menor intervenção e menos respostas sociais. Sempre que surja a oportunidade de novas iniciativas, poderia ser importante pensa-las em função de um ajuste territorial e eventual realocação dos recursos a disponibilizar, otimizando assim o *know-how* acumulado pelos agentes sociais concelhios e redes já existentes.
- Nota-se de forma crescente o surgimento de iniciativas por parte da sociedade civil como resposta à crise social. A existência de um grupo significativo de pessoas com capital



económico e cultural elevado, aliado ao número de pessoas que procuram uma ocupação útil, tem levado à crescente criação de **organizações da sociedade civil** com objetivos de índole social. Este movimento de solidariedade é uma potencialidade na resposta as necessidades atuais, mas é importante evitar abordagens individuais e assistencialistas que poderão pôr em causa o desenvolvimento da autonomia dos seus beneficiários. Cascais tem uma rede de agentes sociais capaz de identificar prioridades de intervenção e que articuladamente acolhem e potenciam pequenas iniciativas, pelo que deve existir um esforço no sentido da integração destas novas associações na rede existente.

- Cascais tem um elevado capital humano, a quem os problemas sociais estão a afetar. Para população que tradicionalmente não é destinatária dos apoios sociais, por vezes basta um pequeno apoio para que as próprias pessoas continuem por si só a encontrar as soluções que necessitam. Assim, importa canalizar uma parte dos recursos existentes para **apoiar situações que não são as mais graves**, mas que evitam o efeito de “bola de neve”, aumentando o número de pessoas que no futuro virão a ter necessidade de apoios mais elevados.
- As crescentes dificuldades financeiras fazem com que muitas famílias permaneçam mais tempo na sua zona de residência, devido ao custo das deslocações e/ou necessidade de diminuir as despesas com atividades fora de casa. Se para as pessoas mais dependentes esta situação pode agravar a situação de exclusão, para a generalidade das pessoas, em especial as desempregadas, isso poderá constituir uma nova oportunidade. Se se investir nas condições necessárias à promoção de **redes de vizinhança**, as redes de entre ajuda que nascem neste contexto poderão responder a um conjunto de necessidades pessoais e familiares, cuja resposta tradicionalmente se espera vir do estado ou do mercado ao qual já não se tem acesso. Estas respostas poderão passar por apoio em situações de emergência, cuidados familiares, economia de troca, espaços de partilha e socialização e aprendizagens mútuas para uma maior resiliência e autonomia.

Em suma, face às assimetrias existentes e ao atual contexto de pobreza e vulnerabilidade, o maior desafio é construir novas formas de atuar, a partir dos pontos fortes identificados e valorizando as capacidades das pessoas, conferindo-lhes dignidade e autonomia através de projetos pessoais e da comunidade.

Ou seja, é necessário partir de uma nova abordagem da pobreza, concebendo-a numa lógica empreendedora, em que é valorizado o capital social e as relações entre as pessoas. Neste contexto, é indispensável a participação das próprias pessoas na identificação das necessidades, na procura de soluções e na avaliação dos impactos da intervenção no seu habitat.



III - REFERENCIAL ESTRATÉGICO

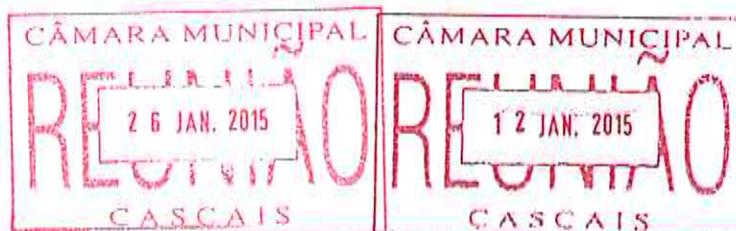
QUADRO DE REFERÊNCIA



A ação da Rede Social de Cascais tem como quadro de referência um conjunto de instrumentos de planeamento ao nível nacional, regional e local, dos quais se destaca:



PLANOS	DESTAQUES
Nível nacional	
ENDS 2015 – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	<p>Vetores Estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combate à pobreza e salvaguarda da coesão social e intergeracional. • Desenvolvimento de uma rede articulada de cuidados continuados. • Prevenção e Combate ao Desemprego - Reforço da empregabilidade e facilitação da transição para a vida ativa. • Desenvolvimento de políticas ativas de emprego, nomeadamente as destinadas a grupos sociais com problemas específicos. • Reforço do papel da economia social na ótica da criação de riqueza e de emprego. • Políticas inclusivas para pessoas com deficiência, grupos de risco ou desfavorecidos. • Comunidades mais amigáveis para a população idosa e envelhecimento ativo • Inserção de imigrantes no processo de desenvolvimento do País
QREN 2007-2013 – Quadro de Referência Estratégico Nacional	<p>Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o caráter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social</p>
PNPOT - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social • Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos mais vulneráveis • Dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder às necessidades dos grupos sociais e famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança de todos os cidadãos
Agenda Digital 2015 (Plano Tecnológico)	<p>Promover a inclusão digital e a utilização das TIC para a inclusão social, de forma a assegurar uma ampla penetração das tecnologias e da economia digital na população e reforçar a cidadania digital, inclusivamente para cidadãos em zonas remotas, níveis baixos educacionais, elevadas idades ou com necessidades especiais</p>
PNS – Plano Nacional de Saúde 2011-2016	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e Desenvolver programas específicos na área da educação para a saúde, autogestão da doença e capacitação dos cuidados informais • Reforçar o contributo articulado dos serviços de saúde e dos agentes locais na melhoria da saúde da população, e investir em cuidados de saúde primários através de estratégias de promoção de saúde, considerando uma abordagem centrada na promoção e proteção da saúde, prevenção e tratamento da doença, minimização do risco de doença e consequente necessidade de apoio por respostas sociais • Investir num sistema/rede de cuidados que permita às pessoas idosas em casa manterem-se independentes e autónomas, e implementar iniciativas que tornem as cidades mais amigáveis para a “terceira idade”, nomeadamente através da instalação de centros de dia, centros de residenciais e “hospitais de retaguarda” • Reforçar o contributo dos serviços de saúde, a nível local, na redução do impacto dos determinantes sociais, enquadrando o acesso e as iniquidades em saúde como fatores-chave para a redução das desigualdades e trabalhando com outros sectores nas respostas integradas e proactivas às necessidades em saúde dos grupos vulneráveis



<p>PNIGCD 2011/2013 – Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmar a igualdade como fator de competitividade e desenvolvimento • Reforçar a transversalidade da dimensão de género, como requisito de boa governação, de modo a garantir a sua integração em todos os domínios de atividade política e da realidade social • Introduzir a perspetiva de género em todas as áreas de discriminação, prestando um olhar particular aos diferentes impactos desta junto dos homens e das mulheres
<p>PNCVD 2001-2013 - IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica</p>	<p>De entre as 50 medidas constantes do Plano destacam-se as seguintes: promoção do envolvimento dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica, desenvolvimento de ações para a promoção de novas masculinidades e novas feminilidades, a distinção e divulgação de boas práticas empresariais no combate à violência doméstica, implementação de rastreio nacional de violência doméstica junto de mulheres grávidas, implementação de programas de intervenção estruturada para agressores, alargamento a todo o território nacional da utilização da vigilância eletrónica, e criação do mapa de risco georreferenciado do percurso das vítimas.</p>
<p>PII - Plano para a Integração dos Imigrantes 2011-2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar os Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes e reforçar a Rede Nacional de Informação ao Imigrante, o atendimento ao público do SEF e a dimensão local da interculturalidade e da integração dos imigrantes • Combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes, à segregação territorial e à vulnerabilidade socioeconómicos imigrantes idosos através da divulgação das respostas institucionais disponíveis • Reforço do incentivo ao empreendedorismo imigrante, da informação/ formação dos trabalhadores imigrantes sobre os seus direitos e deveres no domínio laborar, bem como da atividade inspetiva sobre entidades empregadoras que utilizem ilegalmente mão-de-obra imigrante • Facilitação e promoção do acesso à formação e ao emprego, bem como a criação de um sistema de informação sobre imigrantes altamente qualificados • Reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e promoção do associativismo junto das comunidades imigrantes • Consolidação do Programa de Intervenção para trabalhadores desempregados imigrantes, formação de literacia básica para os beneficiários do RSI, e incentivo à responsabilidade social das organizações, com base em princípios éticos e de valorização da diversidade
<p>ENIP5A – Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a monitorização do fenómeno, com vista à adequação das respostas às necessidades reais • Garantir a qualidade das respostas, dos serviços prestados e a logística operacional dos equipamentos fixos ou móveis que prestam apoio às pessoas sem-abrigo • Criar condições de alojamento disponibilizando habitações de propriedade pública e privada para arrendamento direto ou mediado
<p>Nível regional</p>	
<p>PROT-AML - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (em revisão) - Estratégia Lisboa 2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a vida de proximidade • Estabelecer mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao conforto urbano e corrijam os desequilíbrios existentes e os processos segregacionistas, reforçando, quando necessário, medidas de discriminação positiva para garantir a coesão social e territorial • Prever a oferta de habitação para grupos específicos que necessitem de tipologias habitacionais especiais (população com deficiência e idosos) ou temporárias (famílias monoparentais, imigrantes, "sem-abrigo"). • Desenvolver ações de promoção das TIC, com vista a combater a info-exclusão, particularmente nas zonas mais desfavorecidas e junto das camadas mais vulneráveis (idosos e deficientes, por exemplo).



Nível concelhio

Estratégia de Sustentabilidade de Cascais e PDM – em processo de revisão (em anexo apresenta-se o conjunto de objetivos e linhas de atuação do futuro PDM)

Das principais linhas de força para o desenvolvimento futuro do concelho de Cascais, destacam-se os seguintes eixos da Estratégia de sustentabilidade (na qual se baseou o PDM, ainda em processo de revisão, e cujos cinco eixos são apresentados em anexo):

CASCAIS - TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO

Apostar na diversidade social

- Promoção do território inclusivo, para todas as gerações;
- Combate à segregação urbana;
- Aposta em políticas de regeneração urbana;
- Redução de assimetrias territoriais;
- Desenvolvimento de ambientes seguros;

Fomentar a dinamização social inclusiva

- Fomento da acessibilidade às respostas e Serviços de qualidade;
- Promoção do empreendedorismo social;
- Promover a identidade urbana, indutora de referências patrimoniais, culturais e identitárias que reforcem o sentido de pertença e de coesão;
- Aposta no desporto como aglutinador social e potenciador de hábitos saudáveis.

CASCAIS - TERRITÓRIO DE CIDADANIA ATIVA

Impulsionar a democracia de proximidade

- Promoção da democracia de proximidade e da cidadania ativa;
- Fomento do espírito de comunidade
- Promoção do voluntariado e da responsabilidade social.

Da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM, sublinha-se o 2º fator crítico de decisão - **Coesão e Inclusão** – cujo objetivo é a “redução da pobreza e eliminação de assimetrias sociais, estímulo a novos estilos de vida saudáveis, promoção do empreendedorismo social, equidade no acesso ao espaço público, equipamentos e serviços municipais” e que deverá ter em conta os seguintes critérios:

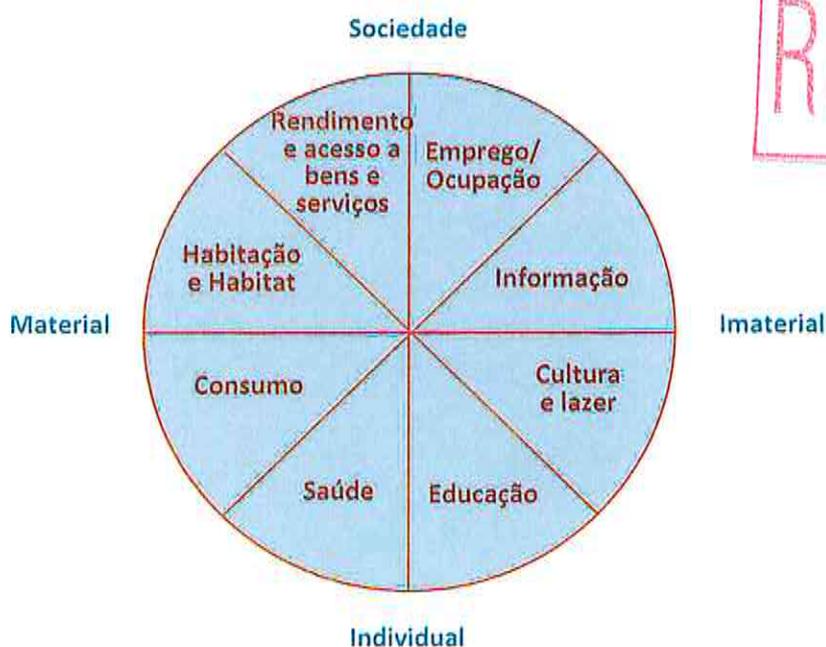
- Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza (segregação urbana e da capacidade de inclusão social, nomeadamente ao nível das assimetrias sociais, da pobreza, da promoção de equidade social e da imigração).
- Empreendedorismo social (capacidade de assistência e inserção na vida ativa, tendo em conta as competências profissionais, formações e integração no mercado de trabalho).
- Equidade no acesso a equipamentos e serviços (capacidade de acessibilidade equitativa a equipamentos dos serviços públicos e serviços sociais, tendo em conta a acessibilidade às respostas e serviços de qualidade).
- Estilos de vida saudáveis (aptidões territoriais e sociais favoráveis à saúde humana, nomeadamente ao nível da qualidade territorial do espaço público, da promoção da saúde e do lazer).

QUADRO CONCEPTUAL

Inspirada numa metodologia para a coesão social do Conselho da Europa, a organização dos objetivos do PDS baseia-se no pressuposto que o bem-estar dos cidadãos está dependente da situação das pessoas no que se refere às seguintes dimensões:



Considera-se ainda que estas dimensões podem estar presentes nas oito áreas de vida (apresentadas na figura) que podem ser alvo da intervenção social:



Assim, a intervenção deve garantir, combater ou promover os fatores facilitadores ou bloqueadores do bem-estar nas suas 4 dimensões, implementando medidas específicas relativas a determinada área de vida ou medidas integradas dirigidas a públicos específicos.

Nos quadros seguintes apresenta-se o que poderá ser um quadro de referência para o tipo de medidas a implementar e os seus principais resultados nos grupos-alvo da intervenção social.



Tipo de medidas *:

	A - Igualdade de direitos e não discriminação	B - Dignidade e reconhecimento	C - Autonomia e desenvolvimento pessoal	D - Participação e envolvimento da sociedade civil
a) Reguladoras	Medidas que garantam o acesso aos direitos fundamentais	Medidas que garantam o reconhecimento dos direitos baseados na identidade	Medidas que garantam a autonomia e o desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional	Medidas que garantam a democracia, a participação e o compromisso cívico
b) Mitigadoras	Medidas que eliminem as diversas formas de discriminação e desrespeito pelos direitos	Medidas que combatam as dificuldades de ser diferente	Medidas que combatam os obstáculos à autonomia e o desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional	Medidas que combatam os ataques à democracia e à liberdade de participar e de se envolver como cidadão(ã)
c) Facilitadoras	Práticas partilhadas de promoção dos direitos e acesso aos mesmos	Práticas partilhadas para o reconhecimento dos direitos baseados na identidade	Práticas partilhadas de promoção do desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional	Práticas partilhadas de promoção da democracia e compromisso cívico num contexto de responsabilidade partilhada

* Poderão ainda haver medidas ao nível legislativo que originam determinada situação, contudo estas não se integram no âmbito das medidas locais

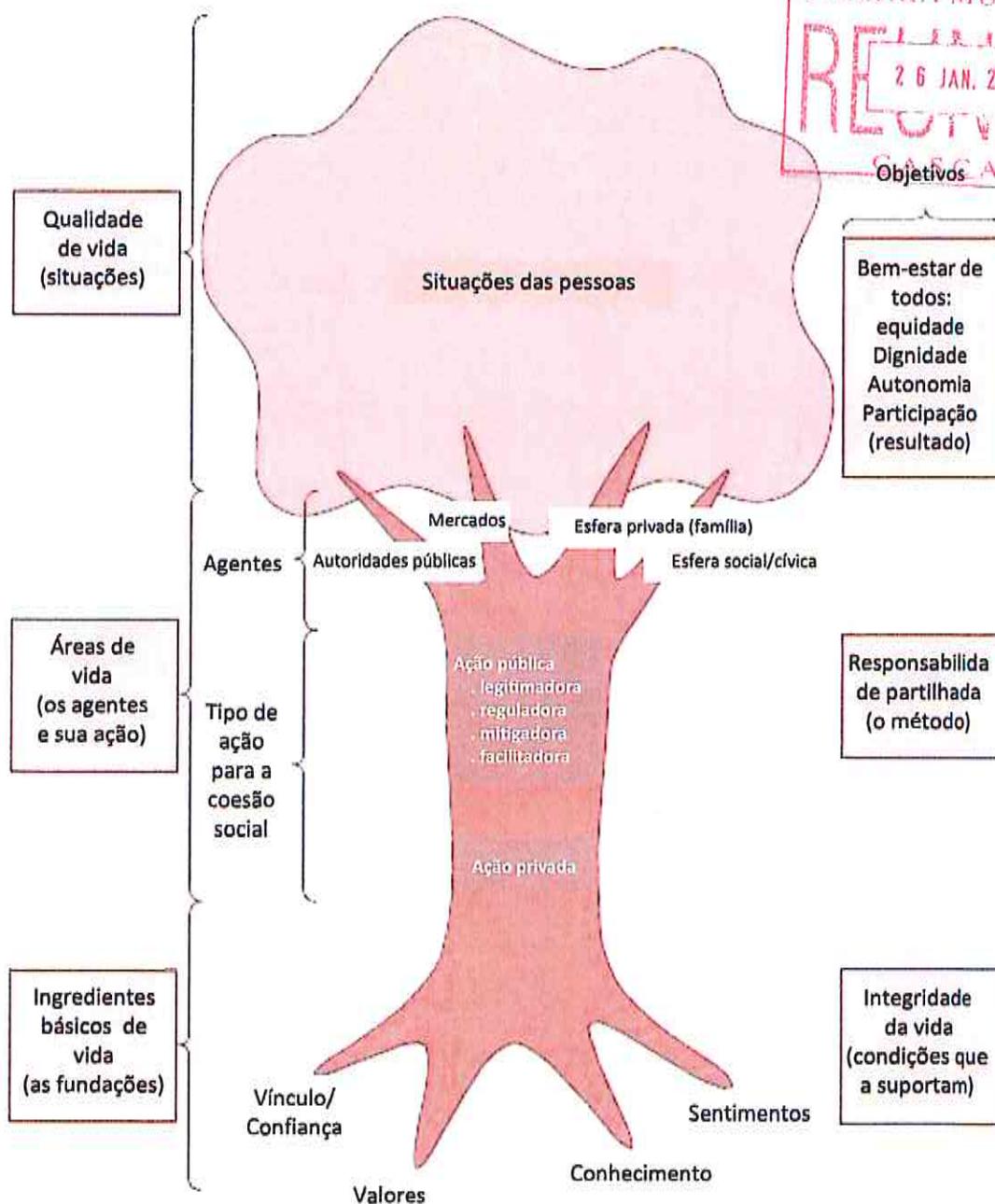
Grupos-alvo:

	DIMENSÕES DO BEM-ESTAR			
	Igualdade de direitos e não discriminação	Dignidade e reconhecimento	Autonomia e desenvolvimento pessoal	Participação e envolvimento da sociedade civil
Imigrantes e Minorias	Ausência de estigma	Integração numa sociedade pluralista Imagem positiva Estima própria	Afirmação de identidade	Participação na vida pública. Associações e organizações para defesa dos seus direitos e culturas
Crianças e jovens	Acesso à educação, habitação e cuidados de saúde	Direitos da criança	Desenvolvimento pessoal	Participação cívica Ligação da escola à sociedade
Pessoas idosas	Acesso a respostas sociais e cuidados de saúde Acesso às TIC e ao conhecimento	Reconhecimento do papel dos idosos	Possibilidade de viver com independência Ausência de isolamento	Participação na vida da comunidade e em atividades sociais
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Acessibilidade no espaço público e aos serviços Acesso ao emprego	Estatuto social	Acesso à formação qualificante	Organizações para defesa dos direitos Participação
Mulheres	Tratamento igual	Dignidade e reconhecimento no trabalho e na vida pública	Oportunidades iguais	Participação igualitária na vida pública
Pessoas e famílias em situação de pobreza	Acesso à habitação, alimentação, cuidados de saúde e equipamentos sociais	Reconhecimento do direito de acesso a bens essenciais que minorizem as dificuldades de uma vida digna	Acesso à formação qualificante Desenvolvimento pessoal	Participação na gestão e na vida da comunidade



O bem-estar de todos depende igualmente de outras áreas de vida para além das mencionadas, nomeadamente áreas da responsabilidade de outros setores (ex: urbanismo, ambiente), fatores resultantes das condições naturais (ex: clima) ou de fatores pessoais ou ainda da conjugação de uma multiplicidade de fatores.

Dimensões-chave da coesão social:



Retirado do guia metodológico "Desenvolvimento concertado de indicadores de coesão Social" – Concelho da Europa 2005



Tendo em conta esta complexidade, os **indicadores** que poderão permitir um diagnóstico social de base e da evolução do bem-estar, possibilitar a definição de metas e planos de ação focados no bem-estar de todos e avaliar o impacto das medidas implementadas, deverão, segundo uma metodologia própria, ser definidos com base em critérios aferidos com os próprios cidadãos e cidadãs.

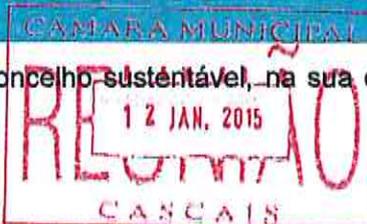
Este é um desafio atual, ao qual não foi ainda possível responder.

Por outro lado, considerando que as medidas / projetos /ações em curso no concelho se encontram ainda bastante desagregados, sendo difícil concertar a sua inter-relação e integração em programas mais abrangentes tendo em conta a sua tipologia, objetivos e destinatários/as, optou-se por organizar os **objetivos e linhas de atuação** dentro deste quadro conceptual, enquadrando as **ações** (em curso / previstas no futuro próximo, de continuidade ou plurianuais) que contribuem para os objetivos definidos, desejando-se que posteriormente, quer o diagnóstico, quer o planeamento do CLAS se vá integrando nesta lógica conceptual numa perspetiva proactiva, baseada em metas e indicadores de bem-estar, concertados.



UMA VISÃO DE CASCAIS

Para a Rede Social de Cascais, a visão de um concelho sustentável, na sua dimensão social, traduz-se no seguinte:



CASCAIS INCLUSIVO

Todas as pessoas têm asseguradas as necessidades básicas de sobrevivência e condições para o exercício de uma cidadania ativa

CASCAIS SOLIDÁRIO

O combate à exclusão social é da responsabilidade de todas as organizações locais e de cada pessoa individualmente

CASCAIS EQUITATIVO

Todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de acesso aos recursos sociais e com idêntica qualidade, independentemente da sua condição pessoal e local de residência

CASCAIS SAUDÁVEL

Todas as pessoas beneficiam de um ambiente físico e social favorável à adoção de comportamentos saudáveis

CASCAIS PARTICIPATIVO

Todas as pessoas e organizações dispõem de mecanismos eficazes de participação nas políticas sociais locais, e nas intervenções que as afetam diretamente.

CASCAIS INOVADOR

As parcerias locais são proactivas e promovem iniciativas assentes na inovação, com impacto significativo na qualidade de vida, na autonomia e resiliência das comunidades.

REDE SOCIAL APRENDIZANTE

As políticas sociais locais decorrem de um processo permanente de aprendizagem e procura de soluções melhores e sustentáveis para os problemas sociais locais.

MISSÃO, OBJETIVOS E LINHAS DE ATUAÇÃO

MISSÃO

Nos atuais processos de planeamento concelhio, a "COESÃO E INCLUSÃO" é um dos 5 eixos estratégicos para o desenvolvimento do concelho (ver em anexo os Eixos, Objetivos e Linhas de atuação do PDM, em processo de revisão até ao final do ano), sendo o PDS um instrumento relevante no âmbito das políticas locais.

Neste sentido, o contributo da Rede Social para a estratégia concelhia centra-se na seguinte missão:

CASCAIS COESO E INCLUSIVO

Intervir para:

- Reduzir a pobreza e a exclusão social, promovendo o acesso aos direitos fundamentais, combatendo as dificuldades sentidas por quem é diferente ou está mais fragilizado/a e fomentando a responsabilidade social de todos;
- Promover estilos de vida saudáveis e o desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional das pessoas e grupos mais vulneráveis;
- Investir em equipamentos e serviços sociais de qualidade, promovendo a equidade social e territorial no acesso aos mesmos.

Conforme referido anteriormente, os objetivos do PDS foram definidos com base nos contributos do processo participativo e reorganizados tendo em conta as 4 dimensões para o bem-estar e as 8 áreas de vida. Na sequência dos objetivos definidos, e apresentados no quadro abaixo, estão igualmente indicadas as linhas de atuação que devem orientar a intervenção da Rede Social de Cascais no futuro próximo. Assinala-se a negrito as atuações que respondem mais diretamente às prioridades definidas no diagnóstico, relativas às principais áreas de intervenção (indicadas no capítulo II do documento).

Na matriz decorrente deste cruzamento, constata-se que alguns campos não são alvo de intervenção direta da Rede Social de Cascais, o que poderá deixar pistas para reflexão futura.



Objetivos e linhas de atuação:

ÁREA DE VIDA		DIMENSÕES			
		A - Igualdade de direitos e não discriminação	B - Dignidade e reconhecimento	C - Autonomia e desenvolvimento pessoal	D - Participação e envolvimento da sociedade civil
1 - Emprego/ Ocupação	Objetivo	A1. Apoiar o acesso ao emprego de grupos com maiores dificuldades de inserção socioprofissional	B1. Promover o direito ao emprego / ocupação, reconhecendo as competências individuais	C1. Aumentar a oferta formativa em consonância com as necessidades do mercado de trabalho e adequada ao perfil dos jovens	D1. Aumentar a responsabilidade social das organizações e da sociedade em geral
	Atuação	Apoio na procura de emprego Colocação de pessoas com maiores dificuldades em postos de trabalho apoiados / protegido	Valorização de serviços e produtos manufaturados em contexto ocupacional Disponibilizar atividades de interesse para seniores ativos	Promoção de formação e estágios profissionais Programas de ocupação e capacitação de jovens	Promoção do voluntariado individual e organizacional
2 - Rendimento e acesso a bens e serviços	Objetivo	A2a. Alargar a cobertura das respostas sociais e promover a equidade no acesso às mesmas A2b. Qualificar as respostas sociais existentes e introduzir novos modelos de gestão A2c. Assegurar o acesso aos bens essenciais			D2. Promover o empreendedorismo e a economia social
	Atuação	Aumento da cobertura das respostas sociais, otimizando os recursos e apoiando no acesso às mesmas Dispositivos para a qualificação das respostas sociais Alargamento e otimização dos apoios de emergência e acesso às necessidades básicas de pessoas em situação de pobreza			Promoção de organizações da economia social Promoção da "economia de partilha, troca e reutilização"



ÁREA DE VIDA		DIMENSÕES			
		A - Igualdade de direitos e não discriminação	B - Dignidade e reconhecimento	C - Autonomia e desenvolvimento pessoal	D - Participação e envolvimento da sociedade civil
3 - Habitação e Habitat	Objetivo	A3. Promover o acesso à habitação de qualidade	B3. Promover a integração social através da qualificação de espaços de vivência	C3. Promover espaços públicos acessíveis e seguros que facilitem a sua apropriação	D3. Criar mecanismos que promovam a organização e participação dos munícipes e das organizações locais na gestão do território
	Atuação	Gestão de pedidos e atribuição de habitação social e promoção de habitação jovem	Reabilitação de bairros degradados em territórios críticos Promoção da acessibilidade e mobilidade segura	Projetos de policiamento e segurança na comunidade	Apoio a grupos e iniciativas da população Organização e dinamização de parcerias territoriais
4 - Saúde	Objetivo	A4a. Alargar e adequar a resposta na área da saúde mental A4b. Promover o acesso à saúde A4c. Promover ações de prevenção na área da saúde junto de grupos vulneráveis, incluindo a saúde em meio escolar	B4. Prevenir os maus-tratos e negligência nos grupos vulneráveis	C4a. Promover a autonomia das pessoas dependentes, em meio natural de vida C4b. Promover estilos de vida saudável e autocontrolo do estado de saúde	
	Atuação	Projetos de apoio em casos específicos a pessoas com problemas do foro mental Protocolos de facilitação no acesso a serviços terapêuticos em situações específicas Projetos de promoção da saúde em meio escolar e na comunidade	Prevenção de maus-tratos de menores, idosos e deficientes Prevenção da violência doméstica Apoios psicossociais a pessoas em risco	Apoios a idosos e dependentes para facilitar a vida autónoma em meio natural de vida Ações de informação e sensibilização sobre alimentação saudável, consumo de substâncias psicoativas, doenças infecto-contagiosas e benefícios do exercício físico	



ÁREA DE VIDA		DIMENSÕES			
		A - Igualdade de direitos e não discriminação	B - Dignidade e reconhecimento	C - Autonomia e desenvolvimento pessoal	D - Participação e envolvimento da sociedade civil
5 - Consumo	Objetivo			C5. Prevenir e apoiar situações de sobre-endividamento pessoal e familiar	
	Atuação			Aconselhamento a famílias sobre endividadas Iniciativas de educação para o consumo	
6 - Educação	Objetivo	A6a. Aumentar o nº de crianças em creche e educação pré-escolar A6b. Apoiar crianças e jovens com necessidades educativas especiais e com dificuldades de aprendizagem		C6. Promover competências pessoais e sociais através de iniciativas de educação não formal	D6. Promover a educação para a cidadania
	Atuação	Criação de respostas para crianças até aos 6 anos Apoios a alunos com necessidades educativas especiais e dificuldades de aprendizagem ou de integração		Iniciativas para promover o desenvolvimento de competências pessoais, parentais e sociais	Capacitação de grupos de população nos Territórios de Intervenção Prioritária
7 - Informação	Objetivo	A7. Promover o acesso às tecnologias de informação de grupos específicos	B7. Respeitar e valorizar as diferenças socioculturais e necessidades individuais, na forma como se disponibiliza informação	C7. Facilitar o acesso à informação que promova a autonomia e desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional	D7. Facilitar o acesso à informação que promova a participação cívica
	Atuação	Formação de seniores em tecnologias de informação Espaços de Internet acessíveis	Dispositivos de informação, orientação e mediação	Atendimento e acompanhamento social Promoção da comunicação inclusiva	Suportes de informação sobre a intervenção em curso



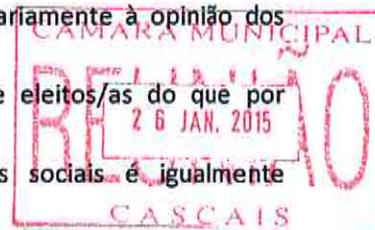
ÁREA DE VIDA		DIMENSÕES			
		A - Igualdade de direitos e não discriminação	B - Dignidade e reconhecimento	C - Autonomia e desenvolvimento pessoal	D - Participação e envolvimento da sociedade civil
8 - Cultura e lazer	Objetivo	A8. Promover o acesso à cultura e a atividades de lazer de grupos específicos e vulneráveis		C8. Promover atividades culturais e de lazer ao nível do desenvolvimento individual e comunitário	D8. Apoiar iniciativas da comunidade que promovam a cultura e o espírito comunitário
	Atuação	Iniciativas que promovem o acesso à cultura por parte de grupos vulneráveis		Iniciativas de valorização das diversas culturas e de partilha de saberes Promoção de atividades de lazer ao nível individual e comunitário	Apoio financeiro, logístico ou técnico a grupos organizados que promovam iniciativas comunitárias

PRINCIPAIS AÇÕES



Nos questionários realizados a munícipes, eleitos/as e técnicos/as, questionou-se também sobre as prioridades na afetação de recursos, em função do enfoque em diversos tipos de ações. Ainda que poucos/as munícipes e eleitos/as tenham respondido a esta questão, a análise dos resultados, apresentados no quadro abaixo, permite retirar algumas conclusões:

- Os recursos devem prioritariamente ser afetados à resposta a necessidades básicas de pessoas em situação de pobreza e na melhoria das respostas sociais existentes
- A mobilização social (grupos da população, associações e empresas) é importante para munícipes e técnicos/as, mas não para eleitos/as.
- Técnicos/as valorizam as ações de sensibilização e prevenção, contrariamente à opinião dos outros 2 grupos.
- Eleitos/as valorizam a construção de novos equipamentos, contrariamente à opinião dos outros 2 grupos.
- A realização de diagnósticos é mais valorizada por munícipes e eleitos/as do que por técnicos/as.
- A promoção do voluntariado e a informação sobre recursos sociais é igualmente desvalorizado por todos os grupos



Prioridades na afetação de recursos (humanos e financeiros)	Munícipes (80)	Eleitos/as (7)	Técnicos/as (61)	Média ponderada
Dar respostas diretas a necessidades básicas de pessoas em situação de pobreza	1º	1º	1º	1º
Melhorar as respostas sociais existentes	2º	2º	3º ^{a)}	2º
Apoiar grupos da população para implementarem soluções para as suas próprias necessidades	3º	6º	4º ^{b)}	3º
Envolver o sector empresarial e associações cívicas na resolução dos problemas sociais	4º	7º	5º	4º
Realizar diagnósticos da realidade social - necessidades e potencialidades	5º	4º	7º ^{c)}	6º
Promover serviços de atendimento social à população	6º	5º	6º	5º
Criar novos equipamentos sociais	7º	3º	9º	8º
Promover ações de sensibilização e prevenção de problemas sociais	8º	9º	2º ^{d)}	7º
Promover o voluntariado	9º	8º	8º	9º
Desenvolver mecanismos de comunicação e informação generalizada sobre os recursos sociais existentes	10º	10º	e)	10º

Nas células a amarelo assinalam-se as discrepâncias

* No questionário aos/às técnicos/as, alguns tipos de ações foram identificados de uma forma diferente:

- a) Este item estava desdobrado em: Intervenção com as pessoas para a autonomia através de Planos de Intervenção pessoais; Novas intervenções / projetos; Alargar a abrangência das respostas existentes; Fortalecimento das redes e parceria existentes, Formação de recursos humanos das entidades; Promoção de novas redes e parceria.
- b) Participação dos afetados na procura e implementação de soluções conjuntas
- c) Registo, recolha e tratamento de dados e informação qualitativa para diagnósticos
- d) Prevenção de comportamentos de risco
- e) Não foi perguntado ao CLAS



No concelho está a ser desenvolvido um conjunto alargado de ações que contribuem para os definidos. Nos quadros seguintes destacam-se as principais ações em cada área, não existindo uma correspondência direta com cada linha de atuação. A sua análise, relacionando as ações com as prioridades apontadas no diagnóstico (linhas de atuação a negrito), poderá deixar algumas pistas de reflexão.

Sublinha-se ainda que existe um esforço de articulação e/ou planeamento conjunto entre a maioria dos agentes que desenvolvem o mesmo tipo de ações ou ações complementares dirigidas às mesmas pessoas ou famílias. Contudo, trata-se essencialmente de parcerias centradas no projeto, não sendo ainda possível o planeamento integrado do conjunto de ações, em planos e programas comuns, com objetivos e metas claras e concertadas em função de objetivos abrangentes. Neste sentido, as ações apresentadas correspondem a diversos níveis de atuação.

Emprego/ Ocupação



OBI.	LINHAS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
A1.	Apoio na procura de emprego	- Espaços de orientação e apoio na procura de emprego: GIPs e GEMPs (Gab. Emprego +Perto)
	Colocação de pessoas com maiores dificuldades em postos de trabalho apoiados/ protegido	- Empresas de Inserção - Emprego protegido
B1.	Valorização de serviços e produtos manufaturados em contexto ocupacional	- Protocolos para a integração em atividades socialmente úteis de pessoas em CAO
	Disponibilizar atividades de interesse para seniores ativos	- Divulgação e comercialização de produtos manufaturados por pessoas com incapacidades: <ul style="list-style-type: none"> . Projeto Toma Lá . Venda em iniciativas pontuais - Programas das Academias / Espaços Sénior
C1.	Promoção de formação e estágios profissionais	- Cursos de formação profissional e RVCC <ul style="list-style-type: none"> . Oferta dos Centros de Formação e Escolas . Formação profissional de jovens com deficiência . Formação integrada em projetos em territórios prioritários - Programas de estágios profissionais <ul style="list-style-type: none"> . Programas IEFP . Programa Jovens Ativos
	Programas de ocupação e capacitação de jovens	- Projetos de capacitação de jovens <ul style="list-style-type: none"> . Escolhas . Orienta-te - Programas de ocupação de jovens
D1.	Promoção do voluntariado individual e organizacional	- Ações de voluntariado: <ul style="list-style-type: none"> . Voluntariado organizacional . Voluntariado individual . Programa Cultura Social - Voluntariado jovem . Banco de voluntariado



Rendimento e acesso a bens e serviços

OBJ.	LINHAS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
A2a.	Aumento da cobertura das respostas sociais, otimizando os recursos e apoiando no acesso às mesmas	<ul style="list-style-type: none"> - Rede de equipamentos e respostas sociais participadas: <ul style="list-style-type: none"> . Construção e alargamento de equipamentos sociais . Criação de resposta à medida de grupos específicos com que se intervém - Apoio no acesso a respostas sociais <ul style="list-style-type: none"> . Disponibilização de bolsas sociais . Apoio ao pagamento/redução das mensalidades . Organização territorial e concertação de procedimentos para apoio à emergência
A2b. A2c.	Dispositivos para a qualificação das respostas sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação de respostas sociais <ul style="list-style-type: none"> . Requalifica Five . Ações de formação para agentes sociais . Processos com vista à qualificação/certificação
	Alargamento e otimização dos apoios de emergência e acesso às necessidades básicas de pessoas em situação de pobreza	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio a necessidades pontuais <ul style="list-style-type: none"> . Bancos de roupa . Banco de bens . Apoios para medicamentos . Apoios para despesas de casa . Oficina Social - Apoio alimentar <ul style="list-style-type: none"> . Bancos alimentares . Distribuição de refeições . Campanhas de angariação de bens alimentares
D2.	Promoção de organizações da economia social	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamentos sociais - Lojas sociais - Medidas de apoio ao empreendedorismo - Apoio logístico, financeiro ou técnico, à implementação e/ou funcionamento de organizações da economia social
	Promoção da "economia de partilha, troca e reutilização"	<ul style="list-style-type: none"> - Feiras promovidas por instituições <ul style="list-style-type: none"> . Feira "Vende Tudo" . Vendas pontuais promovidas por instituições



Habitação e Habitat

OBJ.	LINHAS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
A3.	Gestão de pedidos e atribuição de habitação social e promoção de habitação jovem	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso a habitação social <ul style="list-style-type: none"> . Atribuição de habitação social . Programa de habitação jovem - Qualificação do parque de habitação municipal - Intervenção articulada em situações de insalubridade na habitação
B3.	Reabilitação de bairros degradados em territórios críticos	- Reabilitação de bairros degradados
	Promoção da acessibilidade e mobilidade segura	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da mobilidade <ul style="list-style-type: none"> . Tiralô . Projeto Guardiões da acessibilidade . Transporte adaptado - Projetos da escola Fixa de Trânsito para crianças e idosos - Ações de segurança rodoviária nas escolas
C3.	Projetos de policiamento e segurança na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de policiamento de proximidade <ul style="list-style-type: none"> . Escola segura . Idoso em Segurança
D3.	Apoio a grupos e iniciativas da população	- Apoio a grupos de moradores em territórios de intervenção prioritária
	Organização e dinamização de parcerias territoriais	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de parceiros territoriais: <ul style="list-style-type: none"> . Comissões Sociais de freguesia . Equipas territoriais de discussão de casos e promoção de respostas



Saúde

OBJ.	LINHAS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
A4a. A4b. A4c.	Projetos de apoio em casos específicos a pessoas com problemas do foro mental	- Projetos de apoio psicossocial a alunos/as com problemas
	Protocolos de facilitação no acesso a serviços terapêuticos em situações específicas	- Projeto de Terapia Familiar - Via Verde - toxicodependencia
	Promoção de projetos de saúde em meio escolar e na comunidade	- Promoção do programa de vacinação - Projetos de acesso à saúde oral . Cheque dentista . Sorrir dá saúde - Projetos de promoção da saúde nas escolas - Pontos de Escuta nas escolas
B4.	Prevenção de maus-tratos de menores, idosos e deficientes	- Saúde + perto . Visitas domiciliárias para promoção da saúde
	Prevenção da violência doméstica	- Ações de prevenção/despiste de maus-tratos e abuso de pessoas
	Apoios psicossociais a pessoas em risco	- Serviços de apoio psicossocial (a vítimas, pessoas sem abrigo, pessoas com HIV/SIDA, toxicodependentes e outras situações de risco) - Programa Contigo para agressores
C4a. C4b.	Apoios a idosos e dependentes para facilitar a vida autónoma em meio natural de vida	- Grupos de interajuda - Rede de apoio domiciliário e Centros de Dia - Tele assistência - Banco de ajudas técnicas - Melhor Saúde (fraldas)
	Ações de informação e sensibilização sobre alimentação saudável, consumo de substâncias psicoativas, doenças infecto-contagiosas e benefícios do exercício físico	- Ações de informação e sensibilização nas escolas: . Alimentação saudável . Consumo de substâncias psicoativas . Doenças infecto-contagiosas . Benefícios do exercício físico - Promoção de atividades desportivas para idosos/as



Consumo

OBJ	LINHAS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
C5.	Aconselhamento a famílias sobre endividadas Iniciativas de educação para o consumo	- Gabinetes de apoio ao endividamento

Educação

OBJ.	LINHAS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
A6a.	Criação de respostas para crianças até aos 6 anos	- Rede de creches e jardins-de-infância - Intervenção precoce
A6b.	Apoios a alunos com necessidades educativas especiais e com dificuldades de aprendizagem ou de integração	- Centro de recursos educativos - Projetos de apoio psico-pedagógico a alunos/as com dificuldades de aprendizagem - Rede educativa para a inclusão - Projetos de participação em atividades de CAOs por parte de alunos com NEE no âmbito dos Planos Individuais de Transição (Ex: Proj Crescer Juntos)
C6.	Iniciativas para promover o desenvolvimento de competências pessoais, parentais e sociais	- Projetos de educação parental . Encontros de pais - Projetos de formação não formal . Projetos de formação não formal de jovens e adultos . Jovens em ação . Formação em competências pessoais e sociais de adultos em territórios de intervenção prioritária
D6.	Capacitação de grupos de população nos Territórios de Intervenção Prioritária	- Atividades socio-desportivas com grupos de jovens - Projetos de capacitação de grupos de população nos territórios de intervenção prioritária - Projeto ECO Escolas



Informação

OBJ.	LINHAS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
A7.	Formação de seniores em tecnologias de informação	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de seniores em TIC <ul style="list-style-type: none"> . Academia móvel . Avós na net - Postos de Internet para Todos - Atendimentos sociais - Mediadores interculturais - CLAI - Linha Sénior - Site da Rede Social - Site Emprego - Lojas Geração C - Projetos de comunicação inclusiva <ul style="list-style-type: none"> . Coleção 4 Leituras . Site do Voluntariado
	Espaços de Internet acessíveis	
B7.	Dispositivos de informação, orientação e mediação	
C7.	Atendimento e acompanhamento social	
	Promoção da comunicação inclusiva	
D7.	Suportes de informação sobre a intervenção em curso	

Cultura e lazer

OBJ.	LINHAS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
A8.	Iniciativas que promovem o acesso à cultura por parte de grupos vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos que promovem o acesso à cultura de grupos vulneráveis - Rede de Centros de Convívio - Apoio a atividades comunitárias - Apoio a Associações de imigrantes
C8.	Iniciativas de valorização das diversas culturas e de partilha de saberes	
	Promoção de atividades de lazer ao nível individual e comunitário	
D8.	Apoio financeiro, logístico ou técnico a grupos organizados que promovam iniciativas comunitárias	



IV - INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS



REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

O concelho de Cascais possui uma rede de equipamentos sociais alargada, que responde a necessidades da população em geral (famílias e grupos mais vulneráveis), nomeadamente:

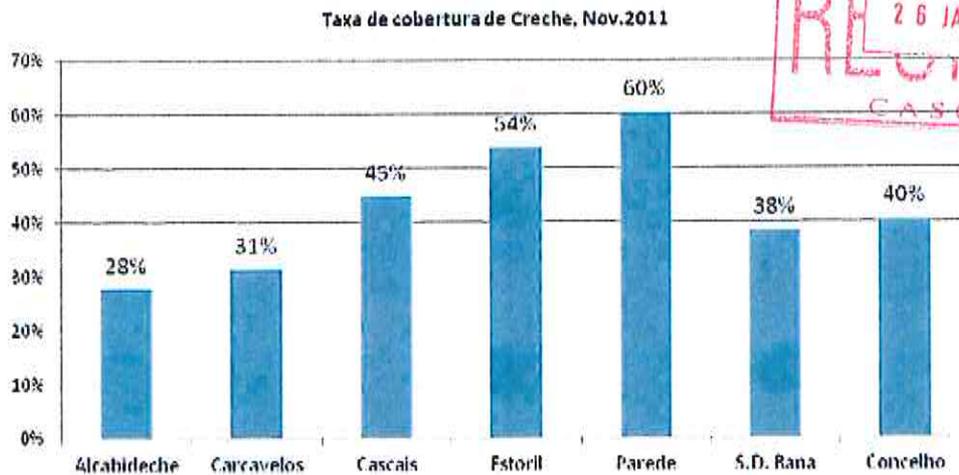
Nº de Respostas Sociais existentes no Concelho de Cascais, CMC / DHS, Novembro 2011

DESTINATÁRIOS/AS	Respostas Sociais	Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos ⁷	Total	Clientes
	TOTAL DE RESPOSTAS/EQUIPAMENTOS	140	56	196	
Crianças e Jovens	Creche/ Creche familiar/ Amas	34	43	77	2.873
	Equipe de Intervenção precoce	1		1	134
	CAT – C. Acolhimento Temporário	3		3	53
	LII - Lar de Infância e Juventude	5		5	141
Pessoas Idosas e Dependentes	SAD - Serviço de apoio Domiciliário	17	4	21	1.154
	Centro de Convívio/ Academia S.	26		26	1.741
	Centro de Dia	16		16	634
Pessoas com deficiência	Lares de Idosos/Residências	10	15	25	1.026
	C. Atendimento, Acompanhamento e Animação	5		5	
	CAO - Centro de Atividade Ocupacional	7		7	227
Doença mental	Lar residencial	8		8	88
	CRI – C. Recursos para a Integração	1		1	282
Pessoas com HIV/SIDA	Fórum Sócio-Ocupacional	1		1	30
	Resid. para Pessoas com HIV/SIDA	1		1	12
Pessoas toxicodependentes	CAAP - C. Atendimento e Acompanhamento Psicossocial	2		2	
	Equipa de intervenção direta	3		3	
Vítimas de Violência Doméstica	Apartamento de reinserção social	1		1	18
	Centro Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica	2		2	
Família e Comunidade em geral	Atendimento e Acompanhamento Social	23		23	
	CAFAP - C. Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	1		1	
	Centro Comunitário	5		5	
	Refeitório social	1		1	
	Ajuda alimentar e emergências	18		18	2.613 fam
	Gab. de Apoio ao Endividamento	1		1	
	CLAI - C. Apoio à Integração de Imigrantes	3		3	
	Loja Social	3		3	
Empresas de inserção	4		4	45	

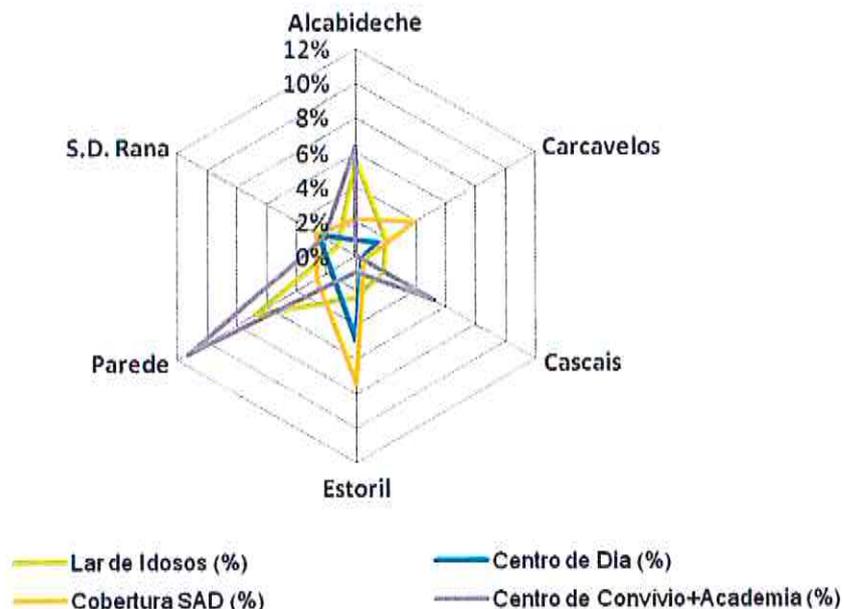
⁷ Só são considerados os equipamentos licenciados



No que se refere à taxa de cobertura das respostas sociais, os valores abaixo apresentados foram calculadas com base na projeção da população para 2016 (consideradas na Carta Social), dado que não se encontram ainda disponíveis os dados atuais por faixa etárias. Nestes valores incluem-se os equipamentos da rede pública e solidária e os equipamentos lucrativos licenciados, assim como os novos equipamentos em construção.



Taxa de Cobertura de equipamentos para idosos, por freguesia, CMC/DHS – Nov 2011





O gráfico acima corresponde às seguintes taxas de cobertura segundo os critérios indicados:

	Creche (%)	Lar de Idosos (%)	Centro de Dia (%)	Centro de Convívio+ Academia (%)	Cobertura SAD (%)
Alcabideche	28%	5,6%	0,9%	6,4%	2,1%
Carcavelos	31%	2,0%	1,5%	0,0%	3,8%
Cascais	45%	1,9%	0,4%	5,1%	0,5%
Estoril	54%	2,4%	4,8%	0,9%	7,4%
Parede	60%	6,8%	1,7%	11,3%	2,6%
S.D. Rana	38%	1,2%	2,5%	2,2%	2,6%
Concelho	40%	3,0%	1,8%	4,1%	2,8%

A Carta Social promovida pelo município e editada em 2008, projeta para 2016 a necessidade de um conjunto de equipamentos e serviços sociais. Face à sua monitorização e atualização, encontra-se ainda a descoberto a necessidade das respostas sociais identificadas no quadro abaixo, independentemente de se tratar de respostas com ou sem fins lucrativos.

Contudo, a criação destas respostas está dependente da existência de condições para o efeito. Da existência de promotores e, no caso da rede solidária, da possibilidade do estado apoiar a sua construção/reconversão e da Segurança Social celebrar acordos de cooperação.

Respostas necessárias

Tipo de resposta	Freguesia	Localização	Grupo alvo				
			Infância	Idosos	Deficientes	D. mentais	Comunidade
Lar de Idosos	Alcabideche	Janes		1			
Creche e Lar	Alcabideche	Malveira da Serra	1	1			
Centro de Dia e Espaço Sénior *	Alcabideche	Abuxarda Norte		2			
Centro de Dia	Alcabideche	Alcabideche		1			
Espaço Sénior *	Alcabideche	Alcoitão		1			
Centro de Dia	Alcabideche	Manique		1			
Centro de Dia	Alcabideche	Murches		1			
Centro de Dia	Alcabideche	Abuxarda / Alvide		1			
Creche	Alcabideche	Abuxarda / Amoreira	1				
Centro de Dia	Alcabideche	Alcabideche / Bicesse		1			
Centro de Dia	Alcabideche	Alcabideche / Bicesse		1			
Creche	Alcabideche	Adroana / Manique	1				
Creche	Alcabideche	Alcoitão / Alcabideche	1				
Loja Solidária	Alcabideche	Alcoitão / Manique					1
Centro de Atividades Ocupacionais	Alcabideche	A definir			1		
Empresa Social – Serv. de Proximidade	Alcabideche	A definir					1
Lar Residencial para Deficientes	Alcabideche	A definir			1		



Creche, Lar de Idosos, C. de Dia, e SAD	Cascais	Alvide	1	3			
Creche, Lar de Idosos, C.de Dia, e SAD	Cascais	Gula	1	3			
Espaço Sénior *	Cascais	Aldeia de Juzo		1			
Espaço Sénior *	Cascais	Cascais		1			
Loja Solidária	Cascais	Torre					1
Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD	Cascais	Aldeia de Juzo / Birre		3			
Centro de Dia	Cascais	A definir		1			
Centro de Dia	Cascais	A definir		1			
Centro de Dia	Cascais	A definir		1			
Empresa Social – Serv. de Proximidade	Cascais	A definir					1
Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD	Cascais	A definir		3			
Lar de Idosos	Carcavelos	Quinta de S. Gonçalo		1			
Apartamento de Autonomização	Carcavelos	S. Miguel das Encostas	1				
Espaço Sénior *	Carcavelos	Rebelva / Carcavelos		1			
Centro de Dia	Carcavelos	A definir		1			
Centro de Dia	Carcavelos	A definir		1			
Centro de Dia	Carcavelos	A definir		1			
Empresa Social – Serv. de Proximidade	Carcavelos	A definir					1
Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD	Carcavelos	A definir		3			
Creche	Estoril	Amoreira	1				
Centro de Convívio	Estoril	Bairro Girassol		1			
Centro de Dia	Estoril	B. S. António / M.Estoril / Amoreira		1			
Loja Solidária	Estoril	Estoril					1
Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD	Estoril	Monte Estoril		3			
Espaço Sénior *	Estoril	A definir		1			
Empresa Social – Serv. de Proximidade	Estoril	A definir					1
Centro de Dia	Parede	Murtal		1			
Centro de Atividades Ocupacionais	Parede	Parede			1		
Centro de Dia	Parede	Zona Nascente		1			
Empresa Social – Serv. de Proximidade	Parede	A definir					1
Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD	Parede	A definir		3			
Centro de Dia e SAD	S.D.Rana	Conceição da Abóboda		2			
Loja Solidária	S.D.Rana	Abóboda					1
Centro de Dia	S.D.Rana	Talaíde		1			
Espaço Sénior *	S.D.Rana	Tires		1			
Centro de Atividades Ocupacionais	S.D.Rana	Trajouce			1		
Centro de Dia	S.D.Rana	Trajouce		1			
Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD	S.D.Rana	Caparide / Cabeço de Mouro / Polima		3			
Creche	S.D.Rana	Matocheirinhos / Cabeço de Mouro	1				

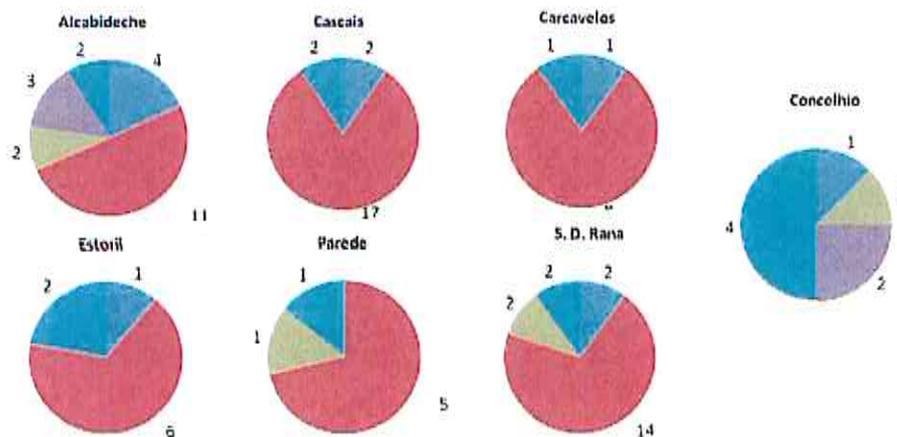
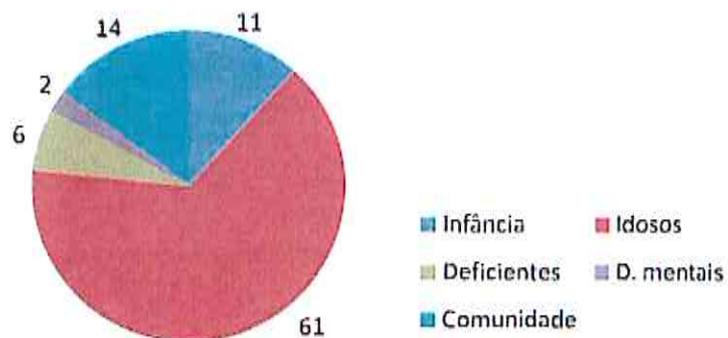


Espaço Sénior *	S.D.Rana	Rebelva / Madorna		1			
Centro de Dia	S.D.Rana	Rebelva / S. Dom.Rana / Penedo		1			
Creche	S.D.Rana	Rebelva / Zambujal	1				
Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD	S.D.Rana	Tires / Abóboda		3			
Centro de Dia	S.D.Rana	Área Central a Norte da A5		1			
Empresa Social – Serv. de Proximidade	S.D.Rana	A definir					1
Lar Residencial para Deficientes	S.D.Rana	A definir			1		
Casa Abrigo - Violência Doméstica	A definir	A definir					1
Fórum Sócio Ocupacional	A definir	A definir				1	
Lar de Infância e Juventude-10/18 anos	A definir	A definir	1				
Lar Residencial	A definir	A definir			1		
Empresa de Inserção	A definir	A definir					1
Unidade de Cuidados Continuados I	A definir	A definir					1
Unidade de Cuidados Continuados II	A definir	A definir					1
Unidade de Vida Apoiada	A definir	A definir					1

* Centro de Convívio ou Academia Sénior

Total 11 61 6 2 14

Em resumo, por área de intervenção e freguesia (ou equipamentos de nível concelhio), seria necessário o seguinte número de novas respostas:





PLANOS CONCELHIOS

No seguimento do esforço na qualificação dos processos de planeamento da intervenção e na promoção de uma maior articulação dos agentes e da integração das ações em curso ou a implementar em objetivos comuns e fundamentados, estão em curso ou em fase de preparação um conjunto de planos concelhios em diversas áreas:

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO			
OBJETIVOS	METODOLOGIA	ENTIDADES ENVOLVIDAS	DURAÇÃO
Garantir a intervenção com as pessoas sem-abrigo, de forma concertada assegurando uma resposta concelhia ao nível da emergência e pós-emergência, nomeadamente no acompanhamento de casos	<ul style="list-style-type: none"> - Organização territorial e qualificação das entidades envolvidas na intervenção junto das pessoas sem-abrigo, através da implementação de um esquema de procedimentos para uma intervenção integrada. - Desenvolvimento de estratégias e respostas para pessoas em risco de ficar sem-abrigo. - Monitorização do diagnóstico sobre a dimensão e natureza do fenómeno 	CMC, Segurança Social, 4 Juntas de Freguesia, 3 Unidades de Saúde, CLAI, PSP, GNR, 13 IPSS/ONG	2010-2013

PLANO MUNICIPAL CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA			
OBJETIVOS	METODOLOGIA	ENTIDADES ENVOLVIDAS	DURAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Promover respostas na área da violência doméstica - Conhecer a realidade, informar e qualificar os agentes sociais - Prevenir a VD junto da população juvenil 	Definição de prioridades, conceção e implementação de ações no âmbito do Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica – estrutura de parceria de livre adesão	CMC, Segurança Social, Direção Geral de Reinserção Social, CPCJC, 3 unidades de saúde, PSP, GNR, 2 organizações de apoio a vítimas, 1 Centro de Investigação (CESIS) e 12 IPSS/ONG	1º Plano criado em 2008 Plano atual: 2012-2013



ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE (em preparação)			
OBJETIVOS	METODOLOGIA	ENTIDADES ENVOLVIDAS	DURAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">- Intervir sobre os determinantes sociais da saúde, visando a adoção responsável de comportamentos conducentes a estilos de vida mais saudáveis, adequados ao ciclo de vida e à condição física e psíquica dos cidadãos;- Afirmar o papel determinante da sociedade civil, das organizações não-governamentais e de cada indivíduo na promoção da saúde enquanto investimento com manifesto impacto positivo no bem-estar das comunidades e dos territórios;- Incluir a promoção da saúde em todas as políticas municipais.	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de instrumentos orientadores da promoção da Saúde no Concelho: Plano Concelhio de Promoção da Saúde e Estudo sobre os Serviços de Saúde em Cascais;- Dinamização de plataformas concelhias; promoção de uma intervenção concertada, identificando prioridades de intervenção;- Definição e implementação de estratégias de educação e informação em saúde	CMC; CIES – Centro de Investigação e Estudos em Sociologia; Escola Nacional de Saúde Pública; Agrupamento de Centros de Saúde de Cascais; Agrupamentos de Escolas do Concelho e escolas não agrupadas da rede pública; Associações sem fins lucrativos, HPP Hospital de Cascais, prestadores privados de saúde, farmácias, forças de segurança	A definir



ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO (em preparação)			
OBJETIVOS	METODOLOGIA	ENTIDADES ENVOLVIDAS	DURAÇÃO
Eixo Estratégico I – Promover a igualdade de Género e a não discriminação na intervenção municipal, enquanto fator de coesão e inclusão social ⁸	<p>Mobilizar os agentes sociais com vista à promoção de ações que visem:</p> <p>a) Dar visibilidade ao princípio da Igualdade de Género e/ou que promovam a reflexão em torno dos papéis e condições de vida de homens e mulheres;</p> <p>b) Promover a igualdade de oportunidades na participação, acesso e usufruto de bens, recursos e serviços;</p> <p>c) Identificar e superar assimetrias, segmentações e discriminações em função do género</p>	Membros do CLAS e outros agentes com intervenção em domínios onde se verifiquem situações de desigualdade/discriminação de género.	2013-2022

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO (em preparação)			
OBJETIVOS	METODOLOGIA	ENTIDADES ENVOLVIDAS	DURAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar um instrumento de planeamento e gestão para uma visão estratégica da política local de habitação e reabilitação urbana, enquadrado no Plano Estratégico Nacional de Habitação. - Conhecer o mercado habitacional e construir políticas de intervenção em equilíbrio com as dinâmicas do mercado. - Propor uma política de intervenção local em função das necessidades, do mercado e dos recursos elegíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de necessidades de habitação, as suas características quantitativas e qualitativas - Levantamento de recursos e identificação de promotores; - Identificação de boas práticas na gestão do parque habitacional público. 	CMC, EMGHA, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Ass.Port. Habitação Municipal, FENACHE; Cooperativas de Habitação, Agências Imobiliárias, Agentes de mercado, proprietários privados	2016-2022

⁸ Os restantes eixos são internos à CMC



PLANO GERONTOLÓGICO (em preparação)			
OBJETIVOS	METODOLOGIA	ENTIDADES ENVOLVIDAS	DURAÇÃO
Promover condições para um envelhecimento ativo e de bem-estar na velhice através de uma intervenção estratégica e integrada	Elaboração de um instrumento de diagnóstico atual e prospetivo e de planeamento a médio prazo que possa orientar a definição da política local no âmbito do envelhecimento ativo e velhice, através da caracterização sociodemográfica; diagnóstico de necessidades e expetativas; identificação de estratégias, objetivos, previsões, atores e meios.	CMC; entidades que dirijam a sua ação à população idosa; Juntas de Freguesia; ACES de Cascais; Municípes	A definir

As redes, plataformas ou parcerias locais constituem instrumentos estratégicos para a intervenção local articulada, otimização dos recursos, para diagnósticos partilhados e definição de ações necessárias.

São várias as temáticas ou respostas sociais cujos agentes se encontram organizados desta forma:

PLATAFORMAS/REDES DE QUALIFICAÇÃO DE RESPOSTAS SOCIAIS

DENOMINAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO	Contacto
Plataforma SAD+	Reúne organizações sociais não lucrativas com Serviço de Apoio Domiciliário, visando a sua qualificação, pela prossecução de visão estratégica comum, objetivos e atuações estruturantes	Entidade coordenadora: CMC – Divisão de Desenvolvimento Social ddes@cm-cascais.pt
Plataforma para a Qualificação dos Centros de Dia	Reúne organizações sociais não lucrativas com Centros de Dia, com vista à qualificação desta resposta social, reunindo os parceiros em torno de uma visão comum, objetivos e atuações estruturantes	
Protocolo de Apoio e Qualificação das Respostas Sociais CAO e Fórum Sócio-Ocupacional	Reúne um conjunto de entidades com respostas de CAO e Fórum Sócio Ocupacional com vista à sua qualificação e adequação às necessidades dos/as munícipes com deficiência severa ou doença mental.	
Plataforma para a Qualificação da Resposta Social Creche “Crescer Melhor em Cascais”	Reúne um conjunto de entidades não lucrativas gestoras de equipamentos de creche com vista à qualificação global desta resposta social, promovendo a visão estratégica e corresponsável no desenvolvimento social do território.	



**PLATAFORMAS/REDES PARA A INTERVENÇÃO DIRETA JUNTO
DE PESSOAS/FAMÍLIAS**

DENOMINAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO		Contacto
NLI – Núcleo Local de Inserção	Órgão local a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção das Pessoas Beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), composto por um grupo de entidades com responsabilidade na elaboração e aprovação dos respetivos programas de inserção.		Entidade coordenadora: ISS mariza.s.marques@seg-social.pt
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Entidade oficial, não judiciária, constituída por representantes de serviços e instituições concelhias, públicas e privadas, que visa promover os direitos das crianças e jovens, prevenindo ou pondo termo a situações suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento.		Presidência atual: CMC cpcjc@cm-cascais.pt www.cpci-cascais.pt
Cascais mais Solidário	Consiste num protocolo que envolve diversas entidades com vista a conciliar estratégias e procedimentos para apoiar de forma equitativa, concertada e com qualidade, indivíduos e famílias nas suas necessidades básicas de subsistência, promovendo a sua autonomia.		Entidade coordenadora: CMC – Divisão de Desenvolvimento Social ddes@cm-cascais.pt
Rede de apoio e intervenção junto das Pessoas Sem Abrigo	Conjunto de entidades locais que concertadamente operacionaliza o Plano Concelhio para a Integração das Pessoas Sem Abrigo. É constituída por um grupo de planeamento, equipas especializadas, equipas coordenadoras de freguesia e entidades com recursos específicos.		Entidade coordenadora: CMC – Divisão de Promoção da Saúde e Prevenção das Toxicodependências dpst@cm-cascais.pt
Redes de Intervenção Sócio Territoriais	RODA (Rede de Organizações para o Desenvolvimento da Adroana)	Visam identificar necessidades individuais e territoriais nos TIP (Territórios de Intervenção Prioritária) e criar, rentabilizar ou qualificar respostas/recursos para responder a essas mesmas necessidades, através do planeamento territorial, execução de projetos e da partilha de casos de atendimento/acompanhamento psicossocial.	Entidade promotora: CMC – Divisão de Intervenção Socio-Territorial dist1@cm-cascais.pt
	RIG (Rede de Intervenção na Galiza - Estoril)		
	RIT (Rede de Intervenção na Torre - Cascais)		



PLATAFORMAS/REDES TEMÁTICAS

DENOMINAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO	Contacto
CPD - Comissão para as Pessoas com Deficiência Cascais	Reúne diversas instituições do Concelho que desenvolvem ações dirigidas a pessoas com deficiência, que através do diálogo interinstitucional e de uma rede dinâmica de informação e comunicação, promovem a igualdade de oportunidades, a participação das pessoas com deficiência e a sua qualidade de vida, influenciando as políticas locais em favor deste grupo.	Presidência atual: CERCICA direccao@cercica.pt http://www.cpdcascais.org/
Plataforma Saúde na Escola	Reúne diversos agentes educativos e o ACES de Cascais, com o objetivo de promover um diálogo concertado e regular em torno da Promoção e Educação para a Saúde nas Escolas, através da realização de projetos e a avaliação das questões da saúde em meio escolar.	Entidade coordenadora: CMC – Divisão de Promoção da Saúde e Prevenção das Toxicodependências dpst@cm-cascais.pt
Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica	Reúne um conjunto de organizações com vista à definição de uma intervenção concertada, operacionalizada através de Planos Municipais contra a Violência Doméstica	Entidade coordenadora: CMC – Divisão de Desenvolvimento Social forum.violenciadomestica@cm-cascais.pt
Conselho Municipal para os Assuntos da Juventude	Órgão de consulta, auscultação e informação da CMC na área da juventude, sendo composto pelas associações/organizações de âmbito juvenil sediadas no Concelho de Cascais. O CMAJ procura chamar os seus membros a participar mais ativamente na definição/execução da Política Municipal de Juventude e funciona também como espaço privilegiado de apresentação da estratégia municipal para a Juventude, e de informação/divulgação das atividades/projetos das associações envolvidas.	Entidade Promotora: CMC - Divisão de Juventude e Conhecimento djuv@cm-cascais.pt



PLATAFORMAS/REDES PARA A PRESTAÇÃO DE APOIOS ESPECÍFICOS

DENOMINAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO	Contacto
Oficina Social	Reúne diversas organizações sem fins lucrativos que avaliam necessidades e operacionalizam pequenas reparações / adaptações em casa de munícipes idosos e/ou temporariamente dependentes, com baixos rendimentos.	Entidade promotora: CMC - Divisão de Desenvolvimento Social ddes@cm-cascais.pt
Banco concelhio de Ajudas Técnicas	Reúne diversas entidades com o objetivo de manter um stock concelhio de ajudas técnicas para cedência temporária a particulares com vista à facilitação da mobilidade e da qualidade de vida e bem-estar dos/as munícipes.	Entidade promotora: CMC - Divisão de Promoção da Saúde e Prevenção das Toxicodependências dpst@cm-cascais.pt
Melhor Saúde	Reúne um conjunto de entidades que disponibilizam, com critérios comuns e em complementaridade, uma resposta a munícipes, com baixos recursos económicos e em situação de dependência, que necessitem de adquirir fraldas com regularidade.	
Casos de Insalubridade	Grupo técnico interinstitucional que avalia e promove uma intervenção concertada em situações identificadas como de insalubridade em domicílio.	

COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA

Ao nível territorial, para além das Redes de Intervenção Sócio Territoriais, destacam-se ainda as Comissões Sociais das 6 Freguesias do concelho, as quais apresentam especificidades próprias ao nível da missão que assumem, dos atores e parcerias que reúnem e das metodologias que utilizam. O seu contacto é através da respetiva Junta de Freguesia, a quem compete a sua presidência.

CORRELAÇÃO DAS REDES E PLANOS COM AS LINHAS DE ATUAÇÃO



Se analisarmos para quais dos objetivos definidos neste PDS concorre cada uma das redes/participação/plataformas e planos atrás expressos, conclui-se que, de uma forma genérica, os processos de atuação coletiva centram-se principalmente nas áreas "Rendimento e acesso a bens e serviços" e "Saúde", com maior incidência no objetivo A2b "Qualificar as respostas sociais existentes".

	Emprego/Ocupação				Rendimento e acesso a bens e serviços				Habitação habitacional			
	A1	B1	C1	D1	A2a	A2b	A2c	D2	A3	B3	C3	D3
Plataforma SAD+						X						
Plataf. Qualif. Cent. Dia						X						
Prot. Apoio e Qualif. CAO e Fórum Socio-Ocupac.						X						
Plataf. Qualif. Creches - Crescer Melhor						X						
NLI - Núcleo Local de Inserção (RSI)	X						X		X			
Comissão de Prot. de Crianças e Jovens												
Cascais mais Solidário					X	X	X					
Rede p/a Intervenção c/ Pessoas S/ Abrigo + Plano					X	X	X		X			
Redes de Interv. Sócio Territoriais	X						X	X		X	X	X
CPD - Com. Pessoa com Deficiência	X			X				X			X	
Plataf. Saúde na Escola												
Fórum Mun. C. Violência Doméstica + Plano						X						
Oficina Social										X		
Banco de Ajudas Técnicas					X	X	X					
Melhor Saúde					X		X					
Casos de Insalubridade										X		
Rede de Equipamentos - Carta Social					X	X						
Plano Mun. de Promoção da Saúde												
Estratégia Municipal Igualdade de Género						X						
Plano Local de habitação						X			X			
Plano Gerontológico						X						
Com. Sociais de Freguesia				X	X	X	X					X
Total	3	0	0	2	6	13	7	2	3	3	2	2



Saúde	Con- sumo	Educação	Informação	Cultura e Lazer
-------	--------------	----------	------------	--------------------



	A4a	A4b	A4c	B4	C4a	C4b	C5	A6a	A6b	C6	D6	A7	B7	D7	A8	C8	D8
Plataforma SAD+				X	X												
Plataf. Qualif. Cent. Dia					X												
Prot. Apolo e Qualif. CAO e Fórum Socio-Ocupac.																	
Plataf. Qualif. Creches - Crescer Melhor				X													
NLI – Núcleo Local de Inserção (RSI)																	
Comissão de Prot. de Crianças e Jovens				X													
Cascais mais Solidário																	
Rede p/a Intervenção c/ Pessoas S/ Abrigo + Plano	X	X	X														
Redes de Interv. Sócio Territoriais		X	X			X				X	X		X		X	X	X
CPD - Com. Pessoa com Deficiência																	
Plataf. Saúde na Escola		X	X			X											
Fórum Mun. C. a Violência Doméstica + Plano	X			X													
Oficina Social					X												
Banco de Ajudas Técnicas		X			X												
Melhor Saúde		X			X												
Casos de Insalubridade		X	X														
Rede de Equipamentos - Carta Social	X							X									
Plano Mun. de Promoção da Saúde	X	X	X			X											
Estratégia Municipal Igualdade de Género													X				
Plano Local de habitação																	
Plano Gerontológico																	
Com. Sociais de Freguesia	X	X															
Total	5	8	5	4	5	3	0	1		1	1		2		1	1	1

Em resumo, por área de vida, centra-se o seguinte número de redes/parcerias/plataformas ou planos:

Emprego/ Ocupação	Rendimento e acesso a bens e serviços	Habitação e habitat	Saúde	Consumo	Educação	Informação	Cultura e Lazer
4	17	7	15	0	2	2	1



V - PROXIMOS PASSOS

Para além dos desafios enunciados na primeira parte do documento, a Rede Social de Cascais tem ainda outros desafios internos ao seu próprio funcionamento, nos quais será necessário trabalhar no futuro próximo, nomeadamente:

- O **aprofundamento do Diagnóstico Social**, como instrumento fundamental para o planeamento. Este é um objetivo para 2013, sendo que ainda em 2012 será iniciado um processo para a elaboração do caderno de encargos, para qual se conta com a participação de alguns membros do CLAS. Para a elaboração do Diagnóstico prevê-se ter o apoio de uma entidade externa, contudo será necessária a colaboração de todo o CLAS, para que este possa beneficiar de uma diversidade de fontes e perspetivas diagnósticas e responda às necessidades do maior número possível de organizações.
- Concluído o diagnóstico, importa **repensar as prioridades e estratégias** de intervenção, e eventualmente atualizar o PDS. Poderá também ser importante **refletir sobre a paisagem organizacional**, em especial no que concerne às redes e parcerias existentes, e necessárias, em função das estratégias a definir.
- Continuar a apostar no sentido de subordinar projetos e ações a estratégias comuns, consubstanciadas em **planos e programas** baseados em objetivos estruturantes e definidos a partir de diagnósticos fundamentados e partilhados.
- Desenvolver esforços no sentido de se concertar um **calendário comum de planeamento**, ou seja que Planos de Ação/Atividades anuais das entidades do CLAS, redes, parcerias e Comissões Sociais de Freguesia sejam aprovados no mesmo limite temporal, de forma a permitir que estes constituam a base dos Planos de Ação da Rede Social.
- Reforçar as **Comissões Sociais de Freguesia (CSF)** enquanto fórum privilegiado de diagnóstico e intervenção direta no território. As 6 CSF apresentam dinamismos diversificados e assumem missões diferentes. Não tendo que ser iguais, importa diagnosticar as suas potencialidades e eventuais necessidades de apoio por parte da equipe técnica de apoio ao Núcleo Executivo do CLAS. Poderá ainda ser de interesse fazer um ponto de situação relativamente às expectativas dos membros das CSF enquanto agentes ativos e corresponsáveis por este órgão e enquanto membros do CLAS.

Em suma,

Investir na inovação e na melhoria da intervenção com pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade,	
com o suporte das redes e parcerias existentes,	com R.H. mais qualificados,
e com a corresponsabilidade de outras organizações locais (org. cívicas, empresas,...),	
e para além de responder às necessidades básicas de sobrevivência,	
mobilizar os destinatários para a procura e implementação de soluções,	
apostando numa intervenção à medida	com vista à autonomia;
prevenindo comportamentos de risco e a exclusão social	
e não descurando o planeamento integrado e o registo, recolha e tratamento de dados e informação resultante da intervenção, para fins diagnósticos.	

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIAO
12 JAN. 2015
CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIAO
26 JAN. 2015
CASCAIS

ANEXOS

LISTA DE PROBLEMAS COM UMA RELEVÂNCIA MÉDIA

PROBLEMAS COM UMA RELEVÂNCIA MÉDIA	Média ponderada
Obesidade	2,72
Oferta de emprego pouco qualificado	2,71
Forte peso da economia informal/paralela	2,71
Fracas condições/incentivos para o empreendedorismo	2,71
Insuficiente oferta do mercado de arrendamento	2,69
Insuficiente informação sobre oferta formativa	2,68
Relações sexuais desprotegidas	2,67
Distúrbios alimentares	2,67
Morosidade dos serviços/respostas prestadas	2,66
Falta de articulação/comunicação interinstitucional	2,65
Desadequação da cultura das organizações ao trabalho em parceria	2,65
Fraca motivação dos cidadãos para o desenvolvimento de ações de voluntariado	2,64
Fraca valorização das questões ambientais/ecológicas	2,64
Baixas expectativas dos jovens relativamente ao prosseguimento dos estudos	2,63
Insuficiente acompanhamento dos encarregados de educação no percurso escolar dos alunos	2,63
Insuficientes respostas para pessoas portadoras de deficiência	2,61
Sobrelotação dos equipamentos/serviços/respostas	2,61
Insuficientes respostas para pessoas sem-abrigo	2,61
Insuficientes respostas para vítimas de violência	2,61
Insuficientes grupos de autoajuda	2,60
Insuficientes/desadequados serviços de atendimento/accompanhamento social	2,60
Insuficientes serviços de transporte de pessoas com deficiência	2,60
Insuficientes/inexistentes equipamentos/serviços/respostas de saúde especializados	2,60
Dificuldades no processo de planeamento estratégico (diagnóstico, planeamento, execução, avaliação, divulgação ...)	2,59
Desadequação/Inexistência de políticas de desenvolvimento territorial/local	2,59
Insuficiente política de marketing social	2,59
Falta de articulação/desajustamento entre os instrumentos de planeamento locais	2,59
Baixos níveis de informação e participação nos processos de desenvolvimento social local	2,59
Deficiente divulgação/informação sobre as atividades desenvolvidas pelas associações locais	2,59
Associativismo local com carências ao nível de infraestruturas e recursos financeiros	2,59
Modelos de associativismo pouco atrativos para a população a que se dirigem	2,59
Abandono, absentismo, insucesso escolar	2,58
Insuficientes respostas de apoio familiar e aconselhamento parental	2,55
Distribuição desequilibrada dos equipamentos/serviços/respostas ao nível territorial	2,55
Dificuldades das famílias em garantir as suas funções básicas (sobrevivência, proteção, afeto, confiança, segurança,...)	2,53
Dificuldades de acesso aos equipamentos/serviços complementares de saúde privados	2,35
Pobreza intergeracional/ persistente	2,27
Fracas competências pessoais, sociais e parentais	2,27
Pessoas portadoras de deficiência física ou mental com dificuldades de inserção	2,26
Pouca diversidade das atividades desenvolvidas pelas associações locais	2,23
População idosa em situação de dependência sem apoio	2,22
Violência doméstica	2,22
Desigualdades de oportunidades/género no acesso a bens e serviços	2,18
Inatividade física/cognitiva e social da população idosa	2,05
Enfraquecimento das redes de sociabilidade e de solidariedade primárias extrafamiliares	2,00
Rutura das relações/ laços familiares	2,00
Insuficientes respostas de aconselhamento e formação conjugal	2,00
Tráfico de droga	2,00
Insuficientes serviços de ajuda alimentar	2,00
Falta de articulação/desajustamento entre as políticas locais e nacionais	2,00
Infoexclusão	2,00

ANEXOS

LINHAS ESTRATÉGICAS DO PDM DE CASCAIS (em revisão)

O PDM encontra-se em processo de revisão, sendo estes os Eixos, Objetivos estratégicos e linhas de atuação previstos.

VISÃO PROSPECTIVA

Na sequência de um profundo processo de planeamento estratégico que tem vindo a ser desenvolvido para o território de Cascais, no qual se destaca, pela importância e transversalidade, a “Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Cascais, consagra-se a seguinte visão:

Cascais será em 2022 um concelho relevante à escala internacional, competitivo, alavancado por uma Governança moderna, assente em redes de conhecimentos e de confiança mútuas, e ancorado num prestigiado capital humano, na excelência dos seus recursos naturais e paisagísticos, e no seu posicionamento geo-estratégico. Território qualificado, marcado pelas Pessoas que nele residem, trabalham ou visitam, bem como pela dinâmica das atividades de elevado valor acrescentado que gera, para o que contribuem o dinamismo e a qualidade da sua sociedade civil, um importante ativo.

Assim, foram desenvolvidos cinco eixos estratégicos, assentes em objetivos que permitiram delinear linhas de atuação que espelham não só a estratégia local, como a integração desta nos grandes planos nacionais e internacionais, tais como:

Eixo 1. CASCAIS - TERRITÓRIO COM QUALIDADE DE VIDA URBANA

Promover a compacidade e policentrismo do território

- Criação de uma rede urbana densa, qualificada e articulada, contendo a dispersão urbana;
- Estruturação de uma rede urbana polinucleada, ultrapassando a dualidade litoral/interior;
- Reforço qualificado das funções urbanas;

Criar espaços públicos de qualidade e proximidade

- Nova distribuição do espaço público dando primazia ao peão;
- Aumento do conforto dos espaços de estada;
- Requalificar áreas públicas descaracterizadas;
- Ordenamento da rede de equipamentos de utilização coletiva;

Promover a conectividade territorial

- Melhoria da rede de transportes públicos;
- Criação de rede pedonal e ciclável;
- Promoção da intermodalidade.

Eixo 2. CASCAIS - TERRITÓRIO DE CRIATIVIDADE, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Estimular a cooperação: cooperar para competir, buscando novos nós de valor acrescentado

- Utilização e potenciação do posicionamento geoestratégico de Cascais;
- Fixação de empresas e profissionais, particularmente de elevado potencial criativo;
- Desenvolvimento do ensino universitário;

Estimular a atividade económica de elevado perfil

- Alavancar as dinâmicas económicas do concelho a uma rede de oferta turística de excelência, assegurando elevadas taxas de ocupação com baixos fatores de sazonalidade;
- Promoção da paisagem cultural e natural do concelho, na perspetiva do valor económico;
- Criação de programação de evento e roteiros culturais de impacto internacional;
- Criação de novas centralidades ancoradas na área das Ciências da saúde e da vida, como fatores de qualificação e atracção de talentos em segmentos especializados.

Eixo 3. CASCAIS - TERRITÓRIO DE VALORES AMBIENTAIS

Reduzir a pressão sobre os recursos

- Prevenção da produção de resíduos;
- Salvaguarda da estrutura ecológica do território;
- Utilização eficiente dos recursos naturais;
- Promoção da sustentabilidade energética;
- Preservação da diversidade biológica terrestre e marinha;

Encorajar e facilitar a consciência ecológica

- Promoção da educação e sensibilização ambiental;
- Adoção de atitudes exemplares por parte da autarquia.



Eixo 4. CASCAIS - TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO

Apostar na diversidade social

- Promoção do território inclusivo, para todas as gerações;
- Combate à segregação urbana;
- Aposta em políticas de regeneração urbana;
- Redução de assimetrias territoriais;
- Desenvolvimento de ambientes seguros;

Fomentar a dinamização social inclusiva

- Fomento da acessibilidade às respostas e Serviços de qualidade;
- Promoção do empreendedorismo social;
- Promover a identidade urbana, indutora de referências patrimoniais, culturais e identitárias que reforcem o sentido de pertença e de coesão;
- Aposta no desporto como aglutinador social e potenciador de hábitos saudáveis.

Eixo 5. CASCAIS - TERRITÓRIO DE CIDADANIA ATIVA

Impulsionar a democracia de proximidade

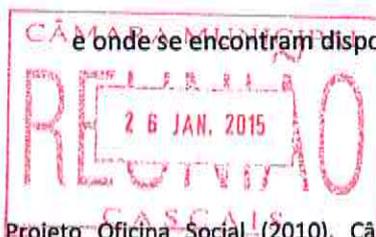
- Promoção da democracia de proximidade e da cidadania ativa;
- Fomento do espírito de comunidade;
- Promoção do voluntariado e da responsabilidade social.

ANEXOS

INSTRUMENTOS DIAGNÓSTICOS – estudos e relatórios

DOCUMENTOS E ESTUDOS EXISTENTES SOBRE A REALIDADE CONCELHIA

e onde se encontram disponíveis



Área do Envelhecimento

Relatório de Avaliação do Projeto Oficina Social (2010). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

Relatório de Execução e Avaliação do Protocolo entre Câmara Municipal de Cascais e a Cruz Vermelha Portuguesa (TeleAssistência) (2010). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Promoção da Saúde e Prevenção das Toxicodependências.

Avaliação 2010 do Protocolo “Melhor Saúde” (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Promoção da Saúde e Prevenção das Toxicodependências.

Relatório de Execução – Avaliação 2010 do Protocolo de Ajudas Técnicas (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Promoção da Saúde e Prevenção das Toxicodependências.

Seniores em Movimento. Relatório de Avaliação 2009-2010 (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Promoção da Saúde e Prevenção das Toxicodependências.

Relatório de Avaliação do Projeto “Avós n@ Net” 2011 (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

Relatório de Avaliação do Projeto “Academia Móvel” 2010 (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

Documento de Monitorização 2010 (Dados de Abril 2011) do Protocolo de Criação e Qualificação de Centros de Convívio para pessoas idosas (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

Centros de Dia do concelho de Cascais: Características e Posicionamentos (2010-2011). Relatório de Estudo dos Centros de Dia de Instituições Parceiras na Plataforma de Qualificação dos Centros de Dia (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

Relatório de Estudo. Diagnóstico do Estado Funcional, Cognitivo e Emocional dos Clientes de Centros de Dia de Pessoas Idosas do Concelho de Cascais (2010). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

Plataforma SAD+. Documento de Avaliação da Plataforma SAD+ e de Caracterização da Resposta Social SAD (Dados 2010-2011) (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

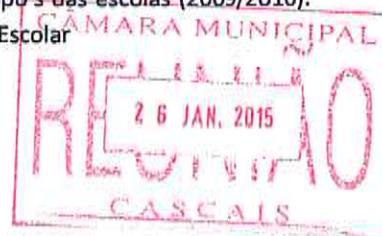


Área do Emprego e Formação

Relatório de atividades do sítio do Emprego-Cascais (semestral). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

Estudo Perfil de Interesses Profissionais e Expectativas Formativas - CMC e Spo's das escolas (2009/2010). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Intervenção Educativa e Ação Social Escolar

Relatórios "Concelhos – Estatísticas Mensais". Site IEFP (www.iefp.pt)



Área da Infância e Juventude

Relatório de atividades da CPCJ (2011). Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais (CPCJC)

Relatório do Levantamento da situação das Crianças com necessidades de resposta educativa diferenciada no Concelho de Cascais (2010/2011). Câmara Municipal de Cascais/ Departamento de Educação

Regiões em Números, Vol. III – Lisboa (2011). Gabinete de Estudos e Planeamento da Educação (http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=590&fileName=ReN_V_III.pdf)

Outros

Carta Social – Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais (2008). Câmara Municipal de Cascais/ Departamento de Habitação e Desenvolvimento Socio-territorial.

Relatório de Atividades da Equipa de Famílias e Territórios do serviço local de Segurança Social (2011). ISS/ serviço local de Cascais

Relatórios de execução do protocolo entre o Município de Cascais e Organizações que apoiam direta e regularmente municípios em situação de vulnerabilidade socioeconómica (semestral). Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Desenvolvimento Social.

Relatório de Execução e Avaliação do Plano de Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo (2011). Câmara Municipal de Cascais/ Departamento de Habitação e Desenvolvimento Socio-territorial.

Diagnóstico Local da Igualdade de Género (2009). Câmara Municipal de Cascais/ Departamento de Habitação e Desenvolvimento Socio-territorial.

Violência Doméstica e Maus-tratos no Concelho de Cascais - Dados Estatísticos (2008-2009). Câmara Municipal de Cascais/ Departamento de Habitação e Desenvolvimento Socio-territorial.

Estudos que acompanham o Plano Diretor Municipal

<http://www.cm-cascais.pt/estudos-que-acompanham-o-pdm>

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIAO
12 JAN. 2015
CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIAO
26 JAN. 2015
CASCAIS

PDS 2012 - 15
FICHA TÉCNICA



TÍTULO

Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015

EDIÇÃO

Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Cascais

DATA DE APROVAÇÃO PELO CLAS:

23 de Maio 2012

COORDENAÇÃO

Núcleo Executivo do CLAS:



Câmara Municipal de Cascais

. *Isabel Pinto Gonçalves*

Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos

. *Conceição Fernando*

CERCICA – Coop. Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais

. *Rosa Neto*

D. G. de Reinserção Social – Equipe Lisboa Penal 4

. *Margarida Batista*

Fund. Port. Prevenção, Estudo e Tratamento da Toxicodependência

. *Elisabete Ferreira*

ISS, C.D. Segurança Social de Lisboa – Serviço local de Cascais

. *Mariza Marques*

Santa Casa da Misericórdia de Cascais

. *Pedro Galvão Lucas*

Apoio técnico:

CMC / DHS / Gabinete de Coordenação e Planeamento

. *Rosário Daugbjerg*

. *Filipa Pereira*

CONTACTOS:

Secretariado do CLAS:

 redesocial@cm-cascais.pt

 21 481 5263

QUESTINÁRIOS:

Utilizou-se, com cedência gratuita da ferramenta online:

 <http://www.encuestafacil.com/>